

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Eduardo Schindler

**Política externa brasileira no governo Collor:
a busca por um novo modelo de atuação internacional**

Porto Alegre

2010

EDUARDO SCHINDLER

**Política externa brasileira no governo Collor:
a busca por um novo modelo de atuação internacional**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. André Reis da Silva.

Porto Alegre

2010

“Yo deseo más que nada ver formar en América la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riquezas, que por su libertad y gloria”

Simón Bolívar

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria concretizado caso não houvesse o auxílio de diversas pessoas que merecem uma singela homenagem. Primeiramente, gostaria de agradecer à instituição, ao corpo docente de Relações Internacionais e ao meu orientador, o Professor André Reis, que sempre foi solícito e receptivo durante a redação desta monografia.

Quero expressar minha profunda gratidão aos meus pais, que jamais pouparam esforços para a minha formação; ao meu irmão, que, mesmo sem o convívio diário, continua sendo indispensável na minha vida. Aos demais familiares que sempre tiveram grandes expectativas na minha formação, fica também o meu agradecimento.

À universidade e aos professores que sempre estiveram dispostos a compartilhar conhecimentos e idéias, fica a gratidão pela colaboração no desenvolvimento intelectual.

Aos amigos mais próximos, o agradecimento pela paciência e a pela disposição em ouvir histórias sobre política externa brasileira durante o período de realização deste trabalho. Estou certo de que cada um destes sabe da importância que teve/tem ao longo da minha formação.

Finalmente, agradeço aos demais colegas de faculdade por todo o companheirismo, amizade e compreensão, tendo a consciência de que aproveitamos ao máximo nosso período de graduação. A todos aqueles com quem tive o prazer de conviver ao longo deste período de graduação, meu agradecimento pelo auxílio na construção tanto do conhecimento quanto da personalidade que carrego hoje. Não especificarei nomes de maneira a não cometer o erro de esquecer alguém, todavia tenho certeza de que aqueles que foram e são especiais estão cientes de toda minha gratidão.

RESUMO

Este trabalho analisa as transformações ocorridas no Brasil e na política externa brasileira no período do governo Collor. Impulsionado por suas ideologias liberalizantes, o presidente brasileiro empreendeu um caráter personalista à atuação brasileira no exterior. Em um cenário de mudanças e incertezas como o do início dos anos 90, diferentes tendências se desenharam ao longo do governo pela criação de um modelo de inserção através de tentativa e erro. O processo de integração e a política ambiental são analisados em uma perspectiva histórica, para mostrar como estas são políticas que vieram se desenhando ao longo do tempo, e não vieram à tona no governo contra a vontade do governante, ou pela crise política que afastou este do cargo.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Fernando Collor de Mello, Política Externa, Diplomacia Presidencial e crise do modelo desenvolvimentista.

ABSTRACT

This paper explores the changes which occurred in Brazil and its foreign policy during the Collor government. Driven by his liberal ideologies, the Brazilian president printed personalistic characteristics to the Brazilian performance abroad. In a changing and uncertainty scenario as the beginning of the 90's, different trends came up over the duration of the government due to the creation of an international insertion model based on a trial and error performance. The integration process and the environmental policy are analyzed on a historical glance to show how these policies rise over time and didn't come up during the government against the will of the president, or because the political crisis of the period.

KEYWORDS: Brazil, Fernando Collor de Mello, foreign policy, Presidential Diplomacy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 Economia, eleições e o cenário político na redemocratização.....	14
2.1 O modelo de desenvolvimento e sua crise.....	14
2.2 Redemocratização e incerteza: o cenário político.....	16
2.3 O ideário do governo.....	19
3 A aproximação com a Argentina através da integração e da política nuclear e a política ambiental.....	26
3.1 Aproximação Brasil-Argentina: Integração, comércio e cooperação nuclear.....	26
3.1.2 Governo Menem.....	31
3.3 O amadurecimento de uma idéia: a questão ambiental.....	35
4 A atuação de Collor no exterior: diplomacia presidencial e o Itamaraty.....	42
5 Conclusão.....	56
6 Referências Bibliográficas.....	60
7 Websites Consultadas.....	64

Introdução

O objetivo do trabalho é encontrar linhas gerais da atuação brasileira no cenário internacional durante o governo Collor e propor uma visão de longo prazo para as políticas ambientais e de aproximação com a Argentina a fim de separá-las do conjunto de idéias implantadas por Collor. Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito pelo voto popular depois de mais de 25 anos de regime de exceção. Ele contava com o apoio de consideráveis setores conservadores, uma vez que a eleição de um candidato da esquerda era uma possibilidade real. Em meio a uma crise econômica - causada pelo endividamento externo e pela inflação inercial, advinda do modelo de desenvolvimento adotado nas décadas anteriores - que já se estendia por vários anos, as principais bandeiras de sua campanha foram o combate à inflação e à corrupção. A política externa era um tema afastado da realidade do povo brasileiro, sendo relevada apenas quando estava relacionada com alguns daqueles tópicos, o que contribuiu para a delegação desta ou ao chefe do executivo, que a conduziu através da chamada diplomacia presidencial, ou a algum órgão especializado, que no Brasil é o Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty.

Conjugado a este quadro interno, temos um cenário de grandes mudanças no plano internacional, que se iniciam com os sinais de fracasso do socialismo soviético e se confirmam na queda do muro de Berlim. Do lado capitalista, as principais mudanças foram o fim da era *Bretton Woods-Gatt*, marcando um rompimento que acarretaria ou na transição de um mundo bipolar de hegemonia americana e soviética para um mundo multipolar onde a Europa e o leste asiático também surgiriam como importantes pólos de poder; ou para um novo cenário que consistiria de uma supremacia norte-americana, pois este havia vencido a Guerra Fria – esta era a posição do presidente Collor (Batista, 1993). Para além das relações políticas, eram encontradas também novas configurações no cenário internacional no que diz respeito à dependência entre os países do Norte e os países do Sul, não mais pautada na dependência do fornecimento de produtos industrializados e bens de capital, essa dependência assumia a forma de uma dependência tecnológica e científica (Becard, 2009, p.43), uma vez que adentrávamos a *Era da Informação*.

Partimos da hipótese de que a atuação externa foi condicionada por dois fatores fundamentais, e um terceiro, que resulta da interação de ambos. O primeiro, de ordem externa, diz respeito às mudanças causadas pelo fim da União Soviética e a aceleração da globalização; o segundo, de ordem interna, é a redemocratização brasileira. E surgindo da interação entre ambos temos a tentativa realizada no governo Collor de um novo modelo de inserção internacional onde predominam características neoliberais. No entanto este processo foi interrompido pela crise política interna, deixando a política externa em segundo plano nas prioridades do governo.

É difícil encontrar trabalhos sobre este período que não dêem destaque à corrupção e ao processo de *impeachment*. Em geral, os trabalhos que vão além deste tema são os de ordem econômica com escopo nas tentativas de combater a inflação no período. Sobre a política externa não é diferente, ela é ofuscada por essa conjunção de variáveis e acaba por ser esquecida como parte do período de gênese da inserção atual do Brasil no mundo. Diante de uma nova posição brasileira no cenário internacional, urge a necessidade de compreendermos como este período conturbado influencia na nossa política dos dias de hoje.

O método de pesquisa consiste na revisão bibliográfica sobre o período e na análise de documentos como as mensagens presidenciais ao congresso nacional e consultas aos principais tratados ou acordos realizados no período. A bibliografia referente à política externa se resume basicamente a artigos publicados nos anos subsequentes e algumas teses publicadas posteriormente. No entanto, uma importante fonte das intenções do governo são os discursos proferidos em reuniões como as da Organização das Nações Unidas e as mensagens de posse tanto do presidente, quanto dos seus chanceleres. Os tratados e acordos assinados no período nos revelam os detalhes e as características práticas de como se daria a inserção brasileira, além de nos mostrar possíveis contradições entre os discursos e os acordos firmados.

A política externa pode ser definida como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator - geralmente, mas não necessariamente o Estado - em relação a outros Estados ou atores externos, tomadas a partir de oportunidades ou demandas de natureza doméstica ou internacional (Pinheiro, 2004. P.7). Apresentar-se-á a perspectiva de política externa adotada pela presidência (Santana, 2006. P. 2) de que o mundo que estava por vir organizar-se-ia em torno de uma potência hegemônica, e as conseqüentes ações do país em nome da adaptação ao novo cenário internacional. Tal como argumenta Vigevani

A maioria das mudanças é originada a partir de uma percepção dos líderes ou dos formuladores das políticas a respeito de alterações no cenário externo. A origem dessas percepções é diversificada e se deve a muitas razões: mudanças econômicas, nas relações de poder internacional, entre outras. Porém, se essas mudanças não forem repetidamente reforçadas por novos eventos, grande parte delas pode facilmente passar em branco, ser mal processadas, ignoradas ou tratadas como rotineiras. Os choques externos são grandes eventos em termos de visibilidade e de impacto imediato; não podem ser ignorados, sendo capazes de provocar alterações fundamentais na política externa (Vigevani, 2007 P.279).

Ratificando esta perspectiva está o discurso de abertura na 46ª Assembléia-Geral da ONU (23 de setembro de 1991) onde Collor defendeu o ideário neoliberal (Castro, F., 2009. P. 111). A idéia era inserir-se de forma autônoma e competitiva em um mundo onde a nova dependência se daria não mais pela dependência em relação ao capital, mas sim no que diz respeito à posse e criação de novas tecnologias (Cabral, S. *apud* Becard, 2009 p. 43).

O governo adotou um modelo de abertura que foi criticado por terem sido feitas concessões que na prática se resumiam em atitudes unilaterais, sem explorar as condições de barganha que dispunha e das quais poderia ter-se feito valer¹, tal foi o caso da reserva de mercado para informática e da lei de proteção à propriedade intelectual. Estas críticas foram agravadas pela crise econômica interna causada pela hiperinflação e pelo escândalo de corrupção, que levou a instauração de um processo de *impeachment*, o qual afastou o presidente do cargo em outubro de 1992, e o fez renunciar em dezembro do mesmo ano, antes da condenação pelo Senado por crime de responsabilidade.

O afastamento do Itamaraty do núcleo de formulação da política externa marcou a gestão Rezek. Esta gestão também se caracteriza pela adoção da *autonomia pela participação*², que significa uma imersão no sistema internacional, a qual se deu através da adesão a vários regimes internacionais (Pinheiro, 2004).

Logo que assumiu a direção do MRE, Celso Lafer declarou como prioritário o êxito da Conferência Rio-92. Na oportunidade defendeu um desarmamento geral, uma nova ordem econômica mundial mais justa, o respeito aos direitos humanos, o império da lei e a democratização das relações internacionais (Castro, F., 2009. P. 1410). Era o retorno ao *Globalismo* (Pinheiro, 2004), que pode ser também evidenciado nas tentativas do Brasil em se consolidar como um *Global Trader* (Becard, 2009).

¹ Becard, 2009. P. 41-62; Batista, 1993. P. 106-135; Cervo & Bueno, 2002. P. 455-462

² Vigevani (2007) define a “autonomia pela participação como a adesão aos regimes internacionais, inclusive os de cunho liberal, sem a perda da capacidade de gestão da política externa; nesse caso, o objetivo seria influenciar a própria formulação dos princípios e das regras que regem o sistema internacional;

Neste trabalho, buscaremos identificar de que maneira o Brasil conjugou o cenário de mudanças externas ao cenário de mudanças internas. Qual destes teria prevalecido na formulação da política externa? Ou o resultado teria sido fruto da interação entre ambos? Esses questionamentos nos auxiliarão a responder se há alguma mudança substancial na atuação externa brasileira no período. Utilizaremos como prerrogativa a idéia que o resultado foi uma interação entre as idéias do presidente, de alinhamento aos Estados Unidos e uma visão de um futuro polarizado nos EUA; e a visão do Itamaraty, que defendia uma inserção madura e barganhada nas relações externas brasileiras; porém, a visão da chancelaria foi gradualmente prevalecendo na medida em que a crise política foi enfraquecendo o executivo.

Neste trabalho, compartilhamos da visão de Cervo, que o neoliberalismo surgiu na política brasileira como uma combinação de fatores internos e externos. Os fatores externos são a substituição do modelo econômico Keynesiano pelo modelo liberal; a unificação do mundo sob a égide capitalista após o fim do socialismo real em 1989; as experiências monetaristas levadas a termo no Chile e na Argentina, e propostas recentemente como meio de debelar a crise da dívida externa dos anos 80; e ascensão de governos neoliberais na vizinhança, Chile, Argentina, Peru Venezuela e México. Internamente, a crise da dívida externa da década de 1980 e a crise econômica³

No Brasil, o neoliberalismo teve que enfrentar-se com uma forte burguesia nacional protegida pelo Estado e com um movimento social político de esquerda com capacidade de resistência superior ao dos outros países da região. Dessa forma, o neoliberalismo avançava no Brasil com um caráter matizado, dado sua incapacidade inicial de se projetar hegemonicamente. Entretanto, a crise fiscal do Estado e a hiperinflação geraram o consenso necessário em torno da necessidade de reformas estruturais do mercado e da economia (Reis, 2008 p.120).

No mesmo sentido que Reis, Cervo defende uma troca de paradigmas, ou seja, uma alteração no modelo vigente entre 1930 – 1990, onde predominou a política desenvolvimentista, com o estado atuando fortemente a favor do desenvolvimento, para um modelo neoliberal. Ao contrário de Sennes, que apenas percebe uma alteração na matriz da política externa brasileira, porém com elementos centrais ainda indefinidos (Sennes, 2003, p.131). Não obstante sua defesa da mudança de paradigmas, Cervo reconhece que há uma elevada continuidade na política externa brasileira ao longo do tempo. Em sua evolução, ela vem agregando princípios e valores à diplomacia de modo a tornar tais elementos inerentes à

³ Cervo, 2008 p.20-23; 51; Lafer (2001) argumenta que a globalização vem diminuindo, sobretudo, a partir dos anos 90 a diferença entre fatores externos e internos, sendo muito tênue o limite entre eles, tal qual é o caso da dívida externa.

sua conduta. Esses padrões de conduta não surgem aleatoriamente na história, entretanto, sucessivamente institucionalizam-se na atuação brasileira. Eles exercem principalmente duas funções: Dar previsibilidade à atuação externa brasileira e moldar a conduta externa dos governos, ou seja, criam expectativas nos atores sobre o comportamento brasileiro e também constroem os *policy-makers* brasileiros a seguir a mesma conduta de seus antecessores. É essa tendência que contribui para fazer da política exterior, política de Estado ao dar prevalência à continuidade (Cervo, 2008 p.26). Serão identificados elementos dessa continuidade ao longo dos discursos no terceiro capítulo.

A última observação teórica a ser acrescentada é sobre a visão de mundo neoliberal. Os autores desenvolvimentistas parecem perder uma linha guia na falta de uma distinção entre centro/periferia, tal como quando ocorreu o surgimento do princípio da graduação, que acabou com a noção geral e homogênea de países em desenvolvimento (Sennes, 2003), pois assim, algumas estratégias de alinhamento como as políticas Sul-Sul, ou algumas vantagens consagradas no sistema internacional perdem sentido. O neoliberalismo por sua vez tende a ver essa falta de limites entre centro e periferia como uma oportunidade de ascensão ao nível dos países desenvolvidos, que de fato, foi como o governo Collor interpretou o mundo de sua época (*comportando-se como uma potência, nós seremos uma*). (Cervo, 2008 p.51)

Inicialmente, será feita uma breve contextualização do cenário interno, discutindo a crise do modelo desenvolvimentista, e o contexto político de redemocratização, bem como as mudanças no sistema internacional. No segundo capítulo trataremos de dois temas em separado: A aproximação com a Argentina, no âmbito do Mercosul e os acordos sobre desarmamento e cooperação nuclear; e a evolução da política externa brasileira em relação ao meio ambiente. A escolha desta separação justifica-se pela amplitude de tempo na qual o Brasil foi gradualmente se prendendo a estas políticas que acabaram ganhando vida própria, variando em intensidade, mas existindo independente da vontade do presidente em exercício. Essa estrutura ajuda-nos a perceber que a mudança que se deu ao final do mandato já vinha se articulando ao longo do tempo e o afastamento do presidente da condução da política externa pouco contribuiu para tal. No terceiro capítulo, serão analisados os discursos do presidente nas diversas cerimônias e visitas de Estado que participou, buscando encontrar pontos de apoio as idéias que o governante estava defendendo. Nesta parte fica evidente que as mudanças percebidas ao fim do mandato já estavam presentes nos discursos ao longo deste. Por fim, concluímos enumerando uma série de características da política externa levada a

cabo no governo Collor, situando-o como um período de ajuste da política externa brasileira à Nova Ordem Internacional.

Capítulo 1

Economia, eleições e o cenário político na redemocratização

1.1 O modelo de desenvolvimento e sua crise

No período que se inicia com o deslocamento do eixo dinâmico da economia do setor externo para o setor interno⁴ até o ponto em que se encontra certo consenso sobre a conclusão do Modelo de Substituição de Importações (Castro, L. 2005, P. 144) (1930-80), o Brasil cresceu a uma taxa média em torno de 7% ao ano. Durante esse período o crescimento esteve associado a uma política de substituição de importações, aos moldes da política recomendada pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e a alguns episódios de promoção das exportações, como no período de grande aceleração do crescimento, que ficou conhecido como *milagre econômico*. No entanto ao final dos anos 1980, a inflação havia ultrapassado 80% ao mês e as altas taxas de crescimento haviam estagnado, colocando este modelo em xeque.

O modelo apresentado pela CEPAL delegava três funções principais ao Estado: (1) a de indutor da industrialização através da concessão de crédito e do uso intensivo de instrumentos cambiais, restrições quantitativas e tarifárias; (2) a de empreendedor, a fim de eliminar os principais “pontos de estrangulamento” da economia; (3) e o de gerenciador dos escassos recursos cambiais, a fim de evitar a sobreposição de picos de demanda por divisas e crises cambiais recorrentes.

A lógica do modelo de substituição de importações (MSI) pode ser resumida da seguinte forma: um choque externo põe em xeque a capacidade de importação dos países primário-exportadores. Dada as restrições advindas do choque, o governo utiliza-se de ferramentas cambiais ou tarifárias para induzir a produção interna. Ocorre, porém, que a própria substituição da importação pela produção local gera demanda por novos produtos e bens de capital, que necessitam ser importados, criando necessidade de divisas e levando a necessidade de um novo ciclo deste processo. No entanto, a dificuldade aumenta a medida

⁴ Processo descrito por Furtado, 1971.

que os novos produtos que compõem a pauta de importação requerem um tempo maior de maturação do investimento e um maior nível de tecnologia.

No caso brasileiro, o Estado agiu garantindo o suprimento da infraestrutura econômica (energia, transportes) e em alguns setores considerados prioritários (siderurgia, mineração e petroquímica), protegendo a indústria nacional através de tarifas e diversos tipos de barreiras não-tarifárias e concedendo crédito em condições favorecidas para a implantação de novos projetos. Para além disso, ao MSI foram acopladas, a partir de 1968, algumas ferramentas de apoio às exportações, o que permitiu ao país alcançar altas taxas de crescimento. Mesmo assim, o modelo de industrialização gerou uma estrutura de incentivos distorcida devido à priorização de alguns setores. Os setores que foram protegidos com os incentivos governamentais acabaram por contrair um viés antiexportador, contrastando com aqueles em que o incentivo à exportação foi eficaz. Outro resultado desse processo foi o endividamento do Estado, que contraiu empréstimos externos para fornecer a infraestrutura necessária à manutenção do modelo (Castro, L., 2005).

Ao atingir um ponto crítico do processo de substituição de importações - ou seja, implementar parques produtivos significantes nos segmentos de bens de consumo leves, bens de consumo duráveis e de bens de capital e passar a depender não mais de capital, e sim de tecnologia para modernizar o parque produtivo. Neste quadro combinado com o contexto de crise da dívida nos anos 80 - que retirou a liquidez do sistema internacional, sobretudo após a moratória do México em 1982 -, a convivência com a inflação, permitida graças às reformas do PAEG, passou a ser questionada (Castro, L., 2005). Entre 1986 e 1991, foram implementados 5 planos de combate à inflação: eram eles o Plano Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II. Todos fracassaram. Estes sucessivos fracassos no combate à inflação acabaram por reduzir a credibilidade na capacidade do governo de estabilizar a economia, reduzindo investimentos e poupança, e gerando um ciclo que aprofundou ainda mais a má situação econômica.

A falta de liquidez no cenário internacional e a possibilidade de não pagamento da dívida por vários países preocuparam os credores. Em março de 1989 foi anunciado pelo secretário do tesouro americano, Nicholas Frederik Brady, um plano para a reestruturação da dívida soberana de 32 países, mediante a troca desta por bônus de emissão do governo do país devedor que contemplavam abatimento do encargo da dívida. Essa renegociação alterou fundamentalmente as condições de liquidez para países signatários, mas a oferta abundante de

poupança externa estava condicionada à realização de reformas e de um ajuste fiscal. O Brasil iniciou essa renegociação em 1992.

Por ocasião do encontro do *Institute for International Economics* em Washington, D.C., em novembro de 1989, o economista John Williamson listou uma série de reformas que os países em desenvolvimento deveriam adotar na área econômica para que entrassem em uma trajetória de crescimento auto-sustentado. Essa lista ficou conhecida como “*consenso de Washington*”. Ela continha 10 pontos: Disciplina fiscal; Redução dos gastos públicos; Reforma tributária; Juros de mercado; Câmbio de mercado; Abertura comercial; Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; Privatização das estatais; Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); Direito à propriedade intelectual. Em outros termos, as propostas visavam assegurar a disciplina fiscal e promover a liberalização comercial e financeira, além de uma forte redução do papel do Estado na economia (Center for International Development, 2003).

Redemocratização e incerteza: o contexto político.

No final do governo Sarney seriam realizadas as primeiras eleições diretas para a presidência da República desde 1960, quando o voto popular elegeu Jânio Quadros. A esquerda, representada principalmente por Luís Inácio Lula da Silva - do PT, fundado após a extinção do AI 5 - que esteve à frente de inúmeras greves trabalhistas durante os governos militares de Geisel e Figueiredo; e Leonel Brizola - fundador do PDT após a perda da disputa pela sucessão da sigla do PTB - que fora eleito governador em dois estados diferentes, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro - surgiam com considerável potencial à vitória, ameaçando a continuidade das forças conservadoras no governo.

Ulysses Guimarães, consagrado no movimento das Diretas-Já, saiu candidato pelo PMDB. Paulo Maluf, ainda sem projeção nacional e recuperando-se do fracasso de sua atuação na campanha presidencial indireta de 1985, não representava uma candidatura viável. No recém criado PSDB, foi lançado o nome de Mário Covas, prejudicado pela ausência de estrutura partidária nacional (Lattman-Weltman, 1994).

Os 17 outros candidatos presidenciais eram, em sua maioria, politicamente inexpressivos e buscavam apenas espaços nos meios de comunicação. A situação refletia o

quadro de desorientação da sociedade brasileira em meio a uma das maiores crises pelas quais o país havia passado.

A direita, desgastada pelas inúmeras tentativas de arranjos econômicos, que consistiam em arrochos salariais e congelamentos era composta por quadros frequentemente associados à ditadura e não conseguia promover um nome com reais chances de vitória, inclusive ensaiando uma candidatura do apresentador e empresário Silvio Santos, a qual foi impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral. Enquanto a Esquerda contava com o Sindicalista Luis Inácio Lula da Silva, e o Político associado às lutas trabalhista da era Vargas, Leonel Brizola.

A ‘Convergência Democrática’ – reunião de um grupo de empresários ocorrida em maio de 1989 - disse estar ainda atrás de um candidato que se comprometesse com a modernização da sociedade brasileira. Na ocasião, o empresário Sérgio Quintela traçou o perfil do candidato ‘ideal’:

A Convergência tem o papel de aglutinar pessoas em torno daquilo que entendemos ser idéias modernas e liberais, no sentido do que está ocorrendo na Europa e em países asiáticos. Isso significa, numa palavra simples, liberdade, não apenas política, mas sindical e de empreender, de realizar, de poder conduzir sua vida sem que o Estado intervenha de forma a inibir a iniciativa do cidadão. (Nascimento, sem ano)

Nesse contexto, surgiu a candidatura de Fernando Collor de Mello, então governador de Alagoas, antigo integrante do PDS e do PMDB, que passou a contar com o apoio de consideráveis setores conservadores, temerosos diante da possibilidade de um governo de esquerda e da ausência de um candidato que pudesse proteger seus interesses.

A pesar de ser filho do senador Arnon de Mello, que governou Alagoas no período de 1950 a 1954; neto de Lindolfo Collor, ministro do trabalho no primeiro governo Vargas; ex-prefeito de Maceió, nomeado pela ARENA; e ex-governador das Alagoas pelo PMDB, Collor conseguiu desvincular-se da imagem de um político tradicional, mostrando-se em sua campanha como um político novo. Lançou-se como “caçador de marajás” e dizia representar os “descamisados”, elemento incluído em seu discurso para fugir da imagem de candidato da elite. Durante a campanha cerrou seu discurso no combate à corrupção e aos altos índices de inflação, e também realizou duras críticas tanto ao governo quanto à pessoa do presidente Sarney. Esta estratégia de campanha o levou ao primeiro lugar nas pesquisas de opinião, garantindo à sua campanha o apoio de toda a grande imprensa brasileira e o apoio anti “Brizola”, tal foi o caso do PFL, que mesmo com Aureliano Chaves concorrendo pela legenda, apoiou Collor (Lattman-Weltman, 1994).

A diplomacia dos presidenciais iniciou-se antes mesmo das eleições. Tanto Collor quanto Brizola realizaram viagens ao exterior a fim de conquistar credibilidade entre os líderes internacionais. Collor realizou encontros com 21 embaixadores latino-americanos e do Caribe na embaixada argentina no Brasil; com a vice-ministra de relações exteriores da França; com o rei espanhol, Juan Carlos; com o Papa; com o chanceler alemão; e Margareth Thatcher, a dama de ferro inglesa. Brizola, por sua vez, contou com o apoio da Internacional Socialista para o sucesso de sua agenda externa, encontrando-se com Mitterand (Preza, 2002, Pg. 79-80).

No primeiro turno, em 15 de novembro de 1989, Collor ficou em primeiro lugar, com 22.611.011 votos, aproximadamente 29%, indo para o segundo turno com o candidato Luís Inácio Lula da Silva, que ficara com 11.622.673 votos, aproximadamente 16%⁵.

Ao segundo turno, chegaram duas candidaturas não ligadas aos quadros tradicionais da política brasileira, o que ilustrava a situação de crise dos partidos tradicionais, uma vez que os candidatos dos partidos majoritários haviam sido derrotados. Os remanescentes foram o PT, que pregava a reforma na forma como o capitalismo que se desenvolveu durante os governos militares e Collor, cujo programa teve características personalistas, onde ele próprio era associado à mudança. Jovem e elegante, conseguiu fazer-se a modernização em pessoa. A estratégia utilizada no primeiro turno foi atacar os temas caros à grande burguesia, e insistir na falência do Estado, já no segundo turno, transformou-se também no candidato da grande burguesia centrando seu discurso na liberalização da economia como pré-requisito para a modernização do país. (Nascimento, sem ano)

No dia 17 de dezembro de 1989, ocorreu o segundo turno das eleições presidenciais. De um lado, Collor (PRN, PFL, PDS e PTB), e, de outro, Lula, candidato da Frente Brasil Popular (PT, PSB, PCdoB, PDT, PSDB e PCB). Collor venceu a eleição com aproximadamente 10% de votos a mais que Luís Inácio Lula da Silva⁶.

O ideário do Governo

Em janeiro de 1990, já eleito, mas ainda não empossado, Collor viajou aos Estados Unidos. Nesta ocasião, o segundo ministro da Economia Fazenda e Planejamento de Collor,

⁵ Archontology.org

⁶ Archontology.org

Marcílio Marques Moreira, acompanhou a visita, pois, na época, o ex-ministro estava lotado como embaixador do Brasil em Washington. E ele fez o seguinte relato sobre a visita:

Em janeiro de 1990 o presidente eleito, Fernando Collor de Mello, fez uma viagem aos Estados Unidos. Ele foi com um programa totalmente fechado que incluía contatos bastante diversificados: esteve não só com o presidente Bush e com Nicholas Brady, então secretário do Tesouro, mas também com Michel Camdessus, diretor-gerente do Fundo Monetário e com Enrique Iglesias, presidente do BID. (...) Fui com o presidente Bush e a conversa foi muito boa. Os temas foram aqueles que iriam compor a pauta do que seria o discurso de posse: abertura comercial, abertura da economia, negociação da dívida externa. (...) O presidente Collor tinha plena consciência do receituário das agências multilaterais para a América Latina que ficou conhecido como Consenso de Washington. Eu tinha estado no seminário em que se cristalizou a idéia do Consenso de Washington. Foi um seminário sobre as reformas econômicas para a América Latina, organizado pelo *Institute for International Economics* em 6 e 7 de novembro de 1989. Tenho o livro com os anais do seminário, publicado em 1990. Quem expôs os dez pontos do Consenso foi John Williamson, e assisti a essa conferência.

Partidárias da idéia de que o modelo anterior chegara ao seu limite, e consoantes às propostas do Plano Brady e do Consenso de Washington, as reformas propostas por Collor buscavam introduzir uma ruptura para com o modelo de crescimento com elevada participação do Estado e proteção tarifária.

Após a visita aos EUA, a cobertura da imprensa a política econômica comprometida do novo presidente foi bastante ampla. As manchetes divulgavam que “o Bird aprova o plano de Zélia e dava sinal verde a empréstimos”, “o Japão emprestara US\$ 480 milhões”. A união soviética queria parceria brasileira para a fabricação de reatores termonucleares, a primeira ministra Inglesa também prometeu renegociar a dívida. Tudo isso devido às promessas de privatizações acessíveis ao capital estrangeiro e a possibilidade de serem pagas com títulos da dívida (Lattman-Weltman, 1994, p. 50-51).

O novo presidente assumiu o cargo no dia 15 de março de 1990 e colocou em prática já no segundo dia de mandato o plano econômico de combate à inflação chamado Brasil Novo, que ficou conhecido como Plano Collor. As políticas de intensificação da abertura econômica e de privatização do governo Collor se inseriram no contexto da chamada nova Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), lançada no início do governo.

A medida provisória nº 158 – aprovada com modificações pela lei nº 8.032 -, a portaria do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP) nº 56⁷ e a medida provisória nº 161 (depois Lei nº 8.034, em 12/4/90, com algumas mudanças) simplificaram radicalmente o sistema de política industrial e de comércio exterior até então vigente através da revisão da política de importações e da abolição de incentivos fiscais e/ou regionais.

Esse conjunto de leis continha passos para diminuir a influência da Zona Franca de Manaus pela eliminação da isenção de impostos sobre as vendas para o restante do Brasil; Reduzir o Adicional sobre Fretes para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)⁸ e modificar os critérios que regulavam o uso destes recursos pelo BNDES; ele também suspendeu provisoriamente o decreto de criação das Zonas de Processamento de Exportações; eliminou o “Anexo C”, que continha cerca de 1.300 produtos com importação suspensa, além de extinguir subsídios fiscais, inclusive às exportações. Ainda foram reduzidos os recursos destinados ao financiamento das exportações e anunciado a eliminação de obstáculos administrativos às importações (Veiga, 1997; Castro, L., 2005, pg 147).

O principal conjunto de medidas de política industrial, por suas implicações em relação ao comportamento e desempenho da indústria nos anos seguintes foi o cronograma de reduções graduais de tarifas de importação, implementado pela Portaria nº 58 do MEFP, de janeiro de 1991. O cronograma de reduções graduais das tarifas de importação foi estabelecido pela Portaria MEFP nº 58 (31/1/91).

As Diretrizes Gerais da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE; Portaria nº 365) anunciavam uma nova estrutura tarifária a ser gradualmente implantada ao longo dos cinco anos seguintes. Previa-se que em 1994 a tarifa modal ficasse em 20% com a alíquota máxima em 40% e a média em 14% (Veiga, 1997). Dada a proteção natural representada pelos custos de transporte, seguros e portuários, segundo Rangel Nascimento, o esquema fornecia um nível de proteção satisfatório em condições normais de funcionamento da economia e dado o prazo de implementação da redução tarifária⁹. Porém para Lavínia Barros de Castro a política industrial ficou abaixo dos objetivos traçados, e sempre subordinada à questão do combate à inflação (Castro, 2005, Pg 142).

⁷ Por este instrumento foram revogadas as listas de importações suspensas, a exigência de apresentação de programas de importação por parte das empresas e a anuência prévia de agências federais para importar, exceto no caso dos bens de informática. Esta última foi redefinida pelo Decreto nº 99.541 (21/9/90).

⁸ Revogado apenas em 2001, pela lei n. 10.206

⁹ Nascimento, sem ano

Quanto às barreiras não-tarifárias, as medidas mantinham a sintonia com a idéia de liberalização comercial que guiava o governo. Em março de 1990 foram eliminadas todas as barreiras não-tarifárias sem amparo legal (em setembro de 1990 houve uma diminuição na reserva de mercado para a informática, mas a aprovação pelo Congresso da nova Lei de Informática ocorreu somente em 1991. As alíquotas deste setor sofreram pequenas modificações no anúncio do cronograma em fevereiro de 1991, mas modificações maiores aconteceram em 1992). Em agosto de 1990 foram suspensos os requisitos mínimos para o financiamento de importações, e abolidos em fevereiro de 1991. Ainda em 1990, uma boa parcela da legislação e dos procedimentos administrativos que afetavam a formação de custos (incentivos e subsídios) ou as condições de entrada (mecanismos de proteção) dos bens de informática até então em vigor foi removida e ficou estabelecida uma nova política para o setor através da Lei nº 8.248 de 1991, em substituição à que garantia a reserva de mercado (Lei nº 7.232, de 29/10/84).

As diretrizes de 1990 elegiam algumas prioridades setoriais de política industrial, favorecendo as indústrias de alta tecnologia como informática, química fina, mecânica de precisão, biotecnologia e dos chamados novos materiais, que seriam beneficiadas por medidas de proteção do tipo *indústrias nascentes*, e as indústrias que necessitavam de reestruturação. No entanto, essas diretrizes não chegaram a ser implementadas na prática. (Veiga, 1997) O Programa de Competitividade Industrial nunca passou de uma listagem de objetivos e instrumentos, pois o “choque de competitividade” foi a medida mais próxima de um modo de colocá-lo em prática. O plano nunca saiu do papel (Veiga, 1997).

O Plano Nacional de Desestatização, instituído pela lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990, foi considerado prioritário, pois já nos anos finais do governo Sarney as sucessivas falhas no combate à inflação foram associadas à incapacidade do Estado, considerado grande e ineficiente, devido principalmente aos déficits públicos (Saurin & Pereira).

Os déficits estariam ligados tanto à má gestão da administração direta quanto aos baixos níveis de produtividade das empresas estatais, que geravam grandes prejuízos. Por isso o plano visava reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada as atividades “indevidamente exploradas pelo setor público” e permitindo que o Estado foque nas suas “atividades essenciais”, além de ajudar a reduzir a dívida pública

pela captação de recursos – a lei permitia o uso de títulos da dívida na compra de ações - e permitir a retomada dos investimentos nessas empresas¹⁰.

O resultado do plano ficou aquém do esperado devido à má situação financeira de muitas empresas públicas, as quais precisariam ser saneadas para que houvesse interesse na sua aquisição. Também existia grande dificuldade em se avaliar os ativos das empresas em um contexto de alta inflação durante muitos anos, a resistência do público e a gradual perda de credibilidade do governo criaram dificuldades no processo. Outro empecilho estava na constituição de 1988, que proibia a venda de empresas do setor elétrico e de minérios para estrangeiros (Castro, L. 2005, p. 146-147).

O Plano Brasil Novo¹¹, que teve sua primeira parte conhecida como Plano Collor I, reintroduzia o Cruzeiro, na paridade de 1:1 com o cruzado novo, como padrão monetário nacional. O artigo 5 da lei que instituiu o cruzeiro estabelecia um limite de conversão para os saldos em depósitos a vista e popanças no limite de NCz\$ 50.000,00, em um primeiro momento, e o restante somente a partir de 16 de setembro de 1991 e seria pago em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas. Simultaneamente, foi criada uma nova sistemática de reajuste de preços e salários, que na prática era mais um congelamento de preços de bens e serviços¹², contudo, as medidas de congelamento foram desrespeitadas e pouco caracterizaram o plano (Castro, L., 2005).

As medidas fiscais do plano promoviam um aumento da arrecadação, através da criação de novos tributos, aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF)¹³, entre outros; suspendeu-se benefícios e incentivos fiscais não garantidos pela constituição, além da introdução de uma série de medidas de combate à sonegação¹⁴. Reduziu-se de 32 para 12 o número de ministérios e extinguiu-se uma série de autarquias e fundações, além de uma campanha para a demissão de funcionários¹⁵ - no dia 17 de abril de 1990, foram demitidos 1.169 funcionários públicos federais. adotou-se ainda um regime de câmbio flutuante.

O aumento da receita e a diminuição das despesas resultaram em um superávit operacional de 1,2% do PIB. Entretanto, a medida de maior impacto sobre as despesas do

¹⁰ Lei 8031, Art. 1

¹¹ Lei n 8.024, de 12 de abril de 1990.

¹² Lei Nº 8.030, de 12 de abril de 1990.

¹³ Lei no 8.033, de 12 de abril de 1990

¹⁴ Lei no 8.035, de 27 de abril de 1990, Lei no 8.026, de 12 de abril de 1990

¹⁵ Lei Nº 8.028, de 12 de abril de 1990; Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990

governo federal foi uma redução da dívida pública financiada diariamente no mercado da ordem de dois terços na dívida mobiliária federal. A medida de maior repercussão política foi o limite para a conversão dos cruzeiros, o que representou na prática um “confisco” nas contas correntes¹⁶, poupanças e demais investimentos que excedessem a quantia de 50 mil cruzeiros, durante um período de 18 meses, findo o qual, as quantias retornariam com correções.

Inicialmente o plano obteve uma queda significativa da inflação que foi de aproximadamente 82% ao mês antes do plano, para menos de 10% nos meses seguintes. Porém, a concorrência estrangeira e a queda do consumo, utilizados para combater a inflação, levaram a uma recessão industrial que agravou o quadro social através de demissões, gerando um círculo vicioso de deterioração dos indicadores econômicos. O governo não foi capaz de manter o confisco, pois, segundo alguns autores, confundiu fluxo com estoque, e acabou realizando uma liberação rápida da moeda, trazendo de volta a inflação (Bresser-Pereira, 1991). Diante da inflação novamente por volta da casa dos 20% ao mês, deu-se o anúncio de uma emenda ao plano Brasil Novo, o chamado plano Collor II.

O Fracasso do primeiro plano econômico se refletiu nas eleições gerais que ocorreram em outubro de 1990, onde os partidos governistas não obtiveram nem 10% do congresso, o que, no sistema brasileiro significa uma redução da governabilidade, pois serão necessárias concessões de cargos e favores para a realização das articulações entre partidos necessárias para alcançar o número de votos requeridos para aprovar os projetos e reformas que o governo desejar passar no congresso.

Implantado em 31 de janeiro de 1991 como reação a forte aceleração da inflação, que em dezembro de 1990 atingia um índice de 19,39%, perfazendo 1.198% no acumulado do ano, o Plano Collor II tinha como principais medidas o congelamento de preços e salários, a desindexação da economia e a introdução de mudanças no mercado financeiro. Do ponto de vista das finanças públicas, as mudanças mais importantes foram a extinção dos *overnights*, substituídos pelos fundos de aplicação financeiras, onde foram centralizadas todas as

¹⁶ “A opção da equipe de Collor e Zélia pelo bloqueio se deu em meio ao quadro de ameaça de hiperinflação, em condições de sigilo, e foi discutida por um grupo de pessoas muito reduzido. A opção foi muito condicionada pela descrença na possibilidade de êxito das demais alternativas em análise ou implementadas nos anos anteriores. O reconhecimento dessas raízes profundas não autoriza conclusões de que o bloqueio fosse inevitável ou de que tenha sido a opção mais adequada. Esta é outra discussão, bem mais difícil e complexa, mas deve considerar que o plano não foi uma iniciativa desvairada surgida do vazio ou do voluntarismo político, embora esse possa ter tido papel decisivo na opção assumida. A análise do desfecho do plano, com a volta da inflação elevada poucos meses depois, não deve ser feita sem considerar o contexto da época e a natureza da reflexão que a ele conduziu” (CARVALHO, 2006)

operações de curto prazo; acaba-se com o Bônus do Tesouro Nacional fiscal (BTNf), o qual era usado pelo mercado para indexar preços e passa a utilizar a Taxa Referencial Diária (TRD) com juros prefixados, além de aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e mudar o critério de remuneração dos cruzeiros bloqueados. Após três meses de queda da inflação que se seguiu à implantação, o plano também fracassou, atingindo os 30% ao mês em agosto. (Bresser-Pereira, 1991)

O congelamento de preços foi acompanhado de um reajuste, o tarifaço, que aumentou os preços do petróleo em 46,8%, a energia elétrica em 59,5%, e as tarifas telefônicas em 58,7% sem a possibilidade de repasse desse aumento de custos aos preços finais. O choque de concorrência que servia para modernizar a indústria também foi utilizado de modo a conter a inflação através da oferta de produtos industrializados estrangeiros. Dessa forma, a criação do cronograma de redução das tarifas de importação serviu para a liberalização do comércio, que por sua vez também atuou no combate à inflação.

Tanto o primeiro quanto o segundo plano fracassaram. O primeiro, no entanto, contou com um apoio considerável da população, enquanto que o segundo plano, uma pesquisa divulgada pelo instituto Datafolha divulgou que 40% dos entrevistados achavam o plano ruim para o país, e 16% consideraram boas em parte. Apenas 29% apoiaram o plano, índice que diminuiu nos meses seguintes (Lattman-Weltman, 1994, p. 54, 65). O congresso nacional, que havia sido renovado nas eleições de 1990, também se mostrou contrário e passou a editar emendas que modificavam parte do plano. O fracasso do plano foi não só a falha no combate à inflação, como a perda da credibilidade tanto das instituições de poupança, quanto da capacidade do governo em acabar com a inflação.

O governo completou o primeiro ano de mandato com mais de 400% de inflação acumulada e um desemprego de 5,3%. O PIB caiu 4,6% em 1990 e a renda *per capita* regrediu a níveis de 1979. Aos 8 dias do mês de maio de 1991, Zélia Cardoso de Mello foi substituída no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Estava estabelecida a crise econômica.

Capítulo 2

A aproximação com a Argentina através da integração e da política nuclear e a questão ambiental.

Neste capítulo, trataremos de dois temas que marcaram a política externa do período, e se analisados no conjunto do governo Collor parecem se contradizer com a implantação de um modelo neoliberal baseado sobretudo no consenso de Washington. Porém, ao analisarmos estes temas em uma perspectiva de tempo um pouco maior, podemos ver que estas são políticas que vêm se desenhando ao longo do tempo, e portanto refletem características de políticas de Estado. São estes temas a integração no cone-sul e, por extensão, as relações Brasil Argentina; e um novo tema na agenda de relações internacionais, a política externa em relação ao meio ambiente, pautada nesta época pela conferência das nações unidas sobre o meio ambiente.

2.1 Aproximação Brasil-Argentina: Integração, comércio e cooperação nuclear

O primeiro item apresenta uma série de características de longo prazo com uma tendência, a aproximação do Brasil com a Argentina. O que se altera no governo Collor é a finalidade. Se antes, a integração e o desenvolvimento econômico conjuntos eram um fim por si mesmo, sob o governo Collor, passara a ser um meio, uma espécie de laboratório de testes para uma integração latino-americana completa, cujas principais características seriam os moldes das políticas *neoliberais* que pregavam os presidentes do Brasil e Argentina.

A política externa do Brasil em relação à Argentina no início dos anos 1990 pautou-se pelo que podemos considerar uma política de Estado, uma vez que esta tem início nos atos anteriores aos governos tanto de Fernando Collor, no Brasil, quanto de Carlos Menem, na Argentina. A convergência da visão dos dois presidentes sobre a implantação de programas de acordo com as recomendações do consenso de Washington¹⁷, e suas prioridades na abertura

¹⁷ Segundo Amado Cervo (2008, p. 77-79), no fim dos anos 80 e início dos anos 90, os estados latino americanos convergiram para a adoção de políticas do consenso de Washington. O Ministro das relações exteriores do

econômica contribuíram para acelerar a política de integração regional e cooperação em diversas áreas que já vinha sendo desenhada ao longo dos últimos governos.

Um grande passo na aproximação dos dois governos deu-se através da distensão do conflito fora iniciado em 1966 com a construção em conjunto da usina de Itaipu pelo Brasil e Paraguai, com o acordo subscrito entre os governos do Brasil, da Argentina e do Paraguai a propósito dos aproveitamentos de Itaipu e Corpus. O acordo, assinado em 1979, foi negociado pelos três países, recebido com ampla satisfação e constituiu modelo de cooperação, dentro dos objetivos e no âmbito do Tratado da Bacia do Prata, inclusive no que diz respeito à navegação e à navegabilidade do rio Paraná. O acordo pôs fim ao impasse gerado pela construção de Itaipu (Passos, 2008).

Ainda em 1979, as relações comerciais bilaterais alcançaram uma dimensão sem antecedentes entre os países, o que refletiu um crescimento do intercâmbio global e a competitividade de ambas as economias (Ferrer, 1990, p.7). A mesma tendência se observa na área dos transportes, dos seguros e do turismo. Tal mérito é atribuído a Comissão Especial Brasileiro-Argentina de Coordenação (CEBAC), foro adequado para a análise e intercâmbio de pontos de vista sobre a relação econômica e comercial. A ata de cooperação assinada em 1980 ainda previa o intercâmbio de produtos petrolíferos promovido pela PETROBRÁS e a YPF com o propósito de complementar as necessidades de ambos os países.

Desde a redemocratização argentina em 1983, quando Raul Alfonsín assumiu a presidência, apesar da reticência brasileira em razão da idéia de que um estreitamento de relações com um regime democrático poderia acelerar o processo de democratização, Brasil e Argentina apresentaram vários pontos de convergência. Entre eles podem ser citados o caso das Malvinas (1982), onde o Brasil não permitiu o estabelecimento de escalas regulares dos aviões britânicos que se dirigiam ao Atlântico Sul, defendendo tanto os princípios da doutrina Monroe, quanto o TIAR. No caso da América Central, ambos os países também coincidiram na defesa do princípio de não intervenção e apoiando a ação pacificadora do Grupo de Contadora, que posteriormente levou estes países ao chamado Grupo de Apoio à Contadora.

Um breve período de indefinição nas relações deu-se com a morte de Tancredo Neves, principalmente na área comercial, onde a implantação de salvaguardas comerciais por parte do Brasil em relação a maçãs, alho e peixes argentinos no início de 1985, levou a Argentina a

Governo Menem teria utilizado a expressão “Estado normal” para descrever o conjunto de medidas adotadas pelos governos no período.

impor salvaguardas em relação ao café e banana brasileiros. Em reunião com alguns de seus ministros, o Presidente Sarney decidiu converter a Argentina no principal sócio comercial brasileiro¹⁸. Assim, na terceira semana de julho de 1985, o ministro interino de Relações Exteriores do Brasil, Paulo Tarso Flexa de Lima, e o secretário de Comércio argentino, Ricardo Campero, concordaram em prorrogar um acordo comercial, que vencia em 30 de junho, até 31 de dezembro. O Brasil também acordara a compra de 1.375.000 toneladas de trigo argentino até julho do próximo ano, e petróleo e derivados em quantidades similares. Através deste acordo, as demandas argentinas de equilibrar a balança comercial, que haviam sido deficitárias para com o Brasil desde 1980, ficaram parcialmente satisfeitas, bem como as brasileiras, de não reduzir as exportações¹⁹.

Entretanto, o passo mais significativo na ampliação da cooperação com a Argentina foi o encontro que ocorreu ao final de novembro de 1985 entre os presidentes da Argentina, Raúl Alfonsín, e do Brasil, José Sarney, em Foz de Iguazu, qualificado como "histórico" por ambas as partes. Naquela ocasião, foi firmada a declaração de Iguazu, documento que explicitava as posições convergentes de ambos os governos a respeito de temas como o Consenso de Cartagena, o Grupo de Apoio a Contadora, a criação de uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul e a posição argentina de defesa de seus direitos soberanos sobre as ilhas Malvinas na ONU.

No encontro presidencial de Foz de Iguazu, ambos os mandatários assinaram, em 30 de novembro de 1985, a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, pela qual reafirmavam os propósitos pacíficos de seus respectivos programas nucleares e decidiam intensificar a cooperação mútua nesse campo através da criação de um grupo de trabalho conjunto para o desenvolvimento tecnológico nuclear, medida que pretendia aliviar as pressões internacionais provenientes das potências nucleares. Também se criou uma comissão bilateral para a integração dos dois países, constituindo-se três grupos de trabalho: um dedicado a temas econômicos, outro para transporte e comunicações, e outro para ciência e tecnologia.

Se por um lado o concerto político e econômico não foi tão desenvolvido durante os governos militares, a cooperação na área nuclear foi um tema desenvolvido sob essa égide. João Baptista Figueiredo, presidente do Brasil de 1979 a 1985, esteve em visita à Argentina de 13 a 17 de maio de 1980, e assinou acordos de cooperação com aquele país que incluíam

¹⁸ Cisnero & Escudé, 2000, sem paginação

¹⁹ Cisnero & Escudé, 2000, sem paginação

temas na área nuclear. A visita foi um marco na distensão das relações entre os dois países, uma vez que o último presidente a visitar aquele país havia sido Getúlio Vargas, 45 anos antes.

O processo histórico de construção da confiança, entretanto, foi iniciado alguns anos antes, em 1980 quando, no dia 17 de maio daquele ano, foi assinado o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear por meio do qual se buscou criar condições para que se tomasse reciprocamente conhecimento dos dois programas nucleares, representando o início de uma nova abordagem de ambos os países frente às restrições que vinham sendo impostas ao acesso à alta tecnologia, bens e serviços nucleares em todo o mundo indicando a percepção crescente da importância da cooperação bilateral em áreas estratégicas como a nuclear.

Por ocasião da assinatura dos termos de cooperação em 17 de maio de 1980, o presidente argentino, Jorge Videla, afirmou: “Fica refutada para sempre a lenda de uma corrida nuclear armamentista entre a Argentina e o Brasil, e em seu lugar se abrem perspectivas concretas em uma vasta área (...) Fica aberto, então, um novo ciclo nas relações entre Brasil e Argentina²⁰.” Na mesma ocasião, o presidente Figueiredo também deu destaque à este tópico do acordo:

Desejo realçar, especialmente, a assinatura do acordo de cooperação nuclear para fins pacíficos, que se dirige a área de alta prioridade. Os entendimentos simultaneamente concluídos pelas entidades especializadas dos dois países são clara demonstração do vigor e da seriedade com que a Argentina e o Brasil levam adiante seus programas nucleares.²¹

Em entrevista à revista “Gente” e à agência “TELAM”, ambas argentinas, o presidente afirmou o caráter convergente da política nuclear de ambos os países e destaca a importância dos mecanismos bilaterais, para unir esforços em áreas específicas, sem afetar a autonomia nacional. Especificamente sobre a área nuclear, ele afirma que há oportunidades interessantes de intercâmbio e complementação, que estão sendo examinadas pelos setores técnicos dos dois governos, sem esquecer-se de ressaltar que a compatibilidade fundamental entre os dois programas está em que Brasil e Argentina desenvolvem seus esforços nucleares com objetivos

²⁰ Videla, 1980 (discurso) in Resenha de política exterior brasileira, n.25, p. 26

²¹ Figueiredo, 1980 (discurso) in Resenha de Política Exterior Brasileira n.25, p. 31

rigorosamente pacíficos, sem emulações, e sem intuítos armamentistas. Nesta ocasião, o governo argentino também sugeriu a construção de um gasoduto²².

As negociações prosseguiram marcando-se cada estágio pela emissão de declarações conjuntas que indicavam progresso no processo de construção de confiança, abertura e transparência das atividades nucleares dos dois países.

O período mais intenso de negociações no setor nuclear ocorreu entre 1985 e 1991 quando foram emitidos vários documentos da maior importância para as relações entre o Brasil e a Argentina no setor. Os dois primeiros foram a Declaração do Iguazu e a Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear, assinadas, respectivamente, em 29 e 30 de novembro de 1985. Na Declaração do Iguazu, os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín expressaram sua convicção de que a ciência e a tecnologia nucleares desempenhavam um papel de fundamental importância no desenvolvimento econômico e social, e delinearam os marcos da cooperação nesta área. Na segunda, os presidentes decidiram criar um grupo de trabalho conjunto para a promoção do desenvolvimento tecnológico-nuclear para fins exclusivamente pacíficos²³.

Se as diretrizes para a sincronização da política nuclear já haviam sido lançadas pelo presidente Figueiredo, a declaração conjunta de Brasília em Matéria Nuclear, assinada em 1986 por Alfonsín e Sarney, ampliou o sentido político desta cooperação, aliando-a ao espectro da integração, delegando a tarefa a agências específicas, a comissão Nacional de Energia Atômica na Argentina (CNEA) e a Comissão nacional de Energia Nuclear no Brasil (CNEN).

Os protocolos que tratavam da questão nuclear foram assinados em 29 de julho de 1986 juntamente com a Ata para a Integração Argentino-Brasileira, instrumento que estabeleceu o programa de integração e cooperação entre Argentina e Brasil, fundado nos princípios do gradualismo, flexibilidade, simetria, equilíbrio, tratamento preferencial frente a terceiros mercados, harmonização progressiva de políticas e participação do setor empresarial. A ata também criou uma Comissão para a execução do programa de cooperação econômica.

Os presidentes dos dois países avaliaram positivamente os resultados alcançados com o grupo de trabalho criado pela Declaração de Iguazu e emitiram em Brasília, em 10 de

²² Figueiredo, 1980 (entrevista) in Resenha de Política Exterior Brasileira n25, p 39

²³ Informações disponíveis no sítio da ABACC.

dezembro de 1986, a Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear e o protocolo nº 17, por meio dos quais foi decidido intensificar o intercâmbio de informações e consultas entre os dois países no campo da energia nuclear. Além de se congratularem pelo clima de crescente confiança recíproca entre ambos os países na área nuclear.

Marcando a visita do presidente brasileiro às instalações onde a Argentina desenvolvia pesquisas sobre o enriquecimento de urânio em Pilcaniyeu, na Argentina, foi emitida a declaração de Viedma, onde foram assinaladas as possibilidades de cooperação técnica por via da integração das indústrias nucleares dos dois países.

O processo de aproximação teve continuidade em abril de 1988, quando ocorreu a visita do presidente Raúl Alfonsín ao Centro Experimental de Aramar onde são desenvolvidas várias atividades nucleares brasileiras. Na ocasião, foi assinada pelos presidentes do Brasil e da Argentina a Declaração de Iperó na qual foi decidido aperfeiçoar os mecanismos de cooperação política e técnica existentes. O ponto mais importante da Declaração de Iperó, no entanto, foi a transformação do grupo de trabalho criado anteriormente no Comitê Permanente sobre Política Nuclear²⁴.

Em novembro do mesmo ano, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Brasil e a Argentina veio a consolidar o processo de integração e cooperação econômica entre o Brasil e a Argentina que passaram a fazer parte de um espaço econômico comum e fixava um prazo de dez anos para a redução gradual das assimetrias, conforme os procedimentos e prazos estabelecidos no Tratado. Ao fim do mesmo mês, foi assinada a Declaração de Ezeiza (Declaração Conjunta Sobre Política Nuclear), que reforçava a importância do Comitê Permanente sobre Política Nuclear (Hilton, S., 1993).

3.1.2 Governo Menem

Assim como o Brasil, a Argentina também vivia um período de grande instabilidade econômica. Os sucessivos planos de combate à inflação não foram exclusividade brasileira. Em 14 de junho de 1985, o presidente Raúl Ricardo Alfonsín anunciou o Plano Austral, pelo qual se criava uma nova moeda, o austral, se congelavam todos os preços da economia, e se estabelecia um mecanismo de "deságio" para desindexar os contratos. O Plano Austral foi eficaz no curto prazo, porém a inflação retornou no ano seguinte. A situação ficou ainda pior devido à queda no preço de exportação dos produtos argentinos (Ferrer, 1990).

²⁴ Informações disponíveis no sítio da ABACC.

Em julho de 1987 foi lançado um pacote de medidas para a reforma do setor público, porém o plano não avançou, pois, o partido de oposição, o partido Peronista, bloqueou sua passagem pelo congresso. Em outubro de 1988, o Plano Primavera propunha medidas para conter o índice inflacionário, que tinha origem no déficit fiscal do Estado. O plano também fracassou, e o Banco Mundial suspendeu a ajuda à Argentina (Ferrer, 1990).

A inflação passou de 9,6% ao mês em fevereiro de 1989 para 78,4% em maio. Diante das eleições presidenciais, o partido Justicialista, representado por Carlos Menem venceu o pleito. Devido ao agravamento da crise econômica, Alfonsín renunciou o cargo em 9 de julho de 1989 para antecipar a entrega do governo ao presidente eleito Carlos Menem. Esta foi a primeira sucessão presidencial entre dois presidentes constitucionais desde 1928, e a primeira desde 1916 entre candidatos de partidos diferentes. O principal problema que teria que enfrentar Carlos Menem, era o mesmo problema que o presidente brasileiro tinha por enfrentar, uma economia tendendo a hiperinflação. O índice de inflação anual argentino chegou a 4.923% em 1989 (Ferrer, 1990).

Assim como o governo brasileiro, Menem também se apegou ao receituário do Consenso de Washington: Reduziram-se tarifas externas, retiraram-se restrições à importação, e aumentaram-se impostos, com a finalidade de aumentar a arrecadação do governo. O ajuste fiscal e a redução do desequilíbrio externo foram as medidas utilizadas por Menem na tentativa de combate à inflação. Porém o plano teve sucesso apenas no curto prazo, e ao final de 1989 registrava-se uma nova situação de hiperinflação (Ferrer, 1990).

Ainda com a justificativa de aumentar tanto a arrecadação de fundos, quanto a eficiência do estado, foi promulgada em 18 agosto de 1989, a lei número 23.696, a "*ley de reforma del Estado*". Que, na prática, foi análoga à lei brasileira número 8.031, de 12 de abril de 1990, o Plano Nacional de Desestatização, pois ambas regulamentavam os seus respectivos processos de venda das companhias estatais. O processo argentino deu-se com maior rapidez se comparado ao brasileiro, e por isso surgiram inúmeras críticas e denúncias de irregularidades (Ferrer, 1990).

Outra analogia às políticas adotadas no Brasil pode ser feita em relação ao decreto 36/1990, comparável lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990. O decreto argentino estabelecia uma troca compulsória dos depósitos com prazo fixo que ultrapassassem um milhão de austrais por Bônus Externos a vencer em 1999. O decreto ficou conhecido como o Plano BonEx, e foi responsável por uma grande recessão devido à falta de liquidez.

Para mais além do programa brasileiro, a Lei 23.928, publicada no *Boletín Oficial* de 28 de março de 1991²⁵, declarava a convertibilidade do austral a partir de 1 de abril de 1991, a uma razão de dez mil austrais por cada dólar estadunidense. Estas medidas garantiram uma estabilidade significativa, com clima favorável a investimentos externos e produzindo um crescimento do PIB. Esse aumento foi marcado pelo desempenho principalmente do setor de serviços, enquanto o PIB industrial se retraía. A economia foi estabilizada à custa de um alto nível de desemprego.

As semelhanças da situação argentina com a situação brasileira na economia, assim como na política, podem ser consideradas o ponto de partida para a intensificação da cooperação entre os dois países. A convite do Presidente da Argentina, Dr. Carlos Saul Menem, o Presidente do Brasil, Fernando Collor, efetuou visita oficial à Argentina nos dias 5 e 6 de julho de 1990.

Collor afirmou em discurso que fizera questão de que sua primeira visita de Estado ao exterior fosse justamente à Argentina. Pois, dessa forma, o Governo brasileiro emitiria um sinal claro e inequívoco da elevada prioridade que atribui ao vizinho²⁶. Seus discursos durante a visita foram pautados por frases que relevavam a importância da cooperação entre os dois países, da abertura econômica, do estabelecimento de um Mercado Comum, de acordo com os prazos da Ata de Buenos Aires. Tais necessidades foram sempre justificadas pela alteração na conjuntura mundial, onde as novas configurações mundiais ainda não estavam claras. Em comunicado, Os governos de ambos os países declararam a importância de seus respectivos programas nucleares e a necessidade de continuar e aprofundar a cooperação entre o Brasil e a Argentina²⁷.

Os acordos firmados por seus antecessores foram tomando formas práticas, como o caso da criação do Estatuto para o estabelecimento de empresas binacionais, que permitiria a concretização de diversos dos protocolos assinados em 1986, bem como a criação de consórcios para a Construção da ponte São Borja-São Tomé e a construção do gasoduto. Estruturas que vinculariam fisicamente os dois países, tendendo à cooperação pela interdependência²⁸. Durante o governo Collor, os marcos na área de integração são o Tratado

²⁵ Argentina, lei 23928, de 28 de março de 1991

²⁶ Collor, 1990 (Discurso) in Resenha de política externa Brasileira n.66 p.5

²⁷ *idem*

²⁸ Discurso pronunciado na solenidade de composição da Comissão Executiva do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, Brasília-DF, 16/03/90

de Assunção, e a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de materiais nucleares²⁹.

A criação de uma Área Latino Americana de Livre Comércio, na década de 60, inspirada nas sugestões da CEPAL, e sua posterior substituição por uma Associação Latino Americana de Desenvolvimento, nos anos 80, revelam por si só o caráter de longo prazo destas medidas. A primeira visava uma área de livre comércio a ser estabelecida em 12 anos, porém o não cumprimento do acordo levou à extinção da primeira e a criação da segunda, com objetivos mais modestos e pragmáticos (Seitenfus, 2003, p. 233). Aprofundando os termos deste tratado, o Tratado de Assunção veio a estabelecer compromissos por parte dos Estados membros de harmonizarem suas legislações, coordenarem políticas macroeconômicas e setoriais e criar uma estrutura institucional definitiva, a fim de estabelecer um Mercado Comum até 31 de dezembro de 1994. As reduções de tarifas teriam início após a entrada em vigor do tratado, e seriam progressivas, lineares e automáticas. Esse prazo valia para Brasil e Argentina, Paraguai e Uruguai disporiam de 12 meses mais.

E, seguindo o processo de aproximação na área nuclear, mais dois passos importantes antecederam a criação da ABACC: a assinatura do Comunicado de Buenos Aires e da Declaração de Política Nuclear Comum, respectivamente em 6 de julho e 28 de novembro de 1990, pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menen.

No Comunicado de Buenos Aires os presidentes declararam a importância dos programas nucleares do Brasil e da Argentina e a necessidade de aprofundar a cooperação entre os dois países e, na Declaração de Política Nuclear Comum, firmada em Foz do Iguaçu, foi dado o passo definitivo que antecedeu a criação da ABACC: a aprovação do Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC), a decisão de iniciar as negociações para celebrar um Acordo conjunto de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica e a tomada das respectivas medidas para a entrada em vigência do Tratado de Tlatelolco.

Dado esse passo, finalmente, em 18 de julho de 1991, foi emitido um comunicado anunciando a entrada em vigor do SCCC e também foi assinado, em Guadalajara, o Acordo entre o Brasil e a Argentina para o Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear (Acordo Bilateral) no qual, entre outras providências, foi criada a Agência Brasileiro-Argentina de

²⁹ Informações disponíveis no sítio da ABACC <abacc.org>

Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) com o objetivo de aplicar e administrar o SCCC. A ABACC é um organismo binacional criado pelos governos do Brasil e da Argentina, responsável por verificar o uso pacífico dos materiais nucleares que podem ser usados direta ou indiretamente na fabricação de armas de destruição em massa³⁰.

Uma vez criada a Agência, seguiu-se a assinatura, em 13 de dezembro de 1991, do Acordo quadripartite entre o Brasil, a Argentina, a AIEA e a ABACC que viria a consolidar o sistema de aplicação de salvaguardas atualmente em vigor nos dois países. O Acordo com a AIEA teve a principal função de demonstrar as boas intenções do programa nuclear desenvolvido no Brasil e na Argentina (Sennes, 2003, p.120).

Através do histórico da cooperação nuclear pode se perceber que conforme ocorreu um aprofundamento na cooperação, o programa deixou de ter caráter diplomático, como quando estava a cargo dos presidentes e dos representantes do corpo diplomático de cada um dos países, e passou a adquirir caráter técnico, afastando-se a condução dessa política dos órgãos diplomáticos e executivos, delegando-a às agências especializadas e corpos técnicos criados pelos acordos assinados entre os países. Sennes ressalta que o tópico nuclear é uma exceção, pois o Brasil apresentou certa resistência ao aderir o regime internacional, porém procurou tranquilizar os países ao aproximar-se com a Argentina nessa área. A aproximação com a Argentina, por outro lado, evoluiu para integração, e após, constituiu-se no núcleo duro dos demais processos, tal qual o foi em relação ao Mercosul (Sennes, 2003).

3.3 O Amadurecimento de uma Ideia: a política externa ambiental

Já a questão ambiental diferencia-se substancialmente do outro tema tratado pelo fato de ser uma questão nova. Podemos apontar como marco inicial do surgimento da questão ambiental como tema da agenda de relações internacionais a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo no ano de 1972. No período de 5 a 16 de junho de 1972 ocorreu a reunião de 113 países para participarem do encontro que ficou conhecido como a Conferência de Estocolmo.

O tema que inicialmente foi considerado um “luxo dos países do primeiro mundo” adquiriu maior importância devido a uma série de acidentes ecológicos de grandes proporções, que não respeitaram as fronteiras nacionais, nos anos que antecederam a conferência. Dentre eles:

³⁰ ABACC

- Na África, a crise ligada ao meio ambiente e ao desenvolvimento, desencadeada pela seca, atingiu o auge, colocando em risco 35 milhões de pessoas e matando aproximadamente 1 milhão;
- em Bhopal, na Índia, um vazamento numa fábrica de pesticidas matou mais de 2 mil pessoas, deixando outras 200 mil cegas ou feridas;
- na Cidade do México, tanques de gás liquefeito explodiram, matando mil pessoas e deixando milhares desabrigadas;
- em Chernobyl, a explosão de um reator nuclear espalhou radiação por toda a Europa, aumentando o risco de incidência de câncer humano;
- na Suíça, durante o incêndio de um depósito, foram despejados no rio Reno produtos químicos agrícolas, solventes e mercúrio, matando milhões de peixes e ameaçando o abastecimento de água potável na República Federal da Alemanha e na Holanda;
- cerca de 60 milhões de pessoas morreram de doenças intestinais decorrentes de desnutrição e da ingestão de água imprópria para o consumo; as vítimas, na maioria, eram crianças;
- o naufrágio do petroleiro Torrey Canyon, em 1967, causou grandes danos na costa da Inglaterra e da França.³¹

Segundo estimativas do relatório Brundtland, na década de 70, o número de pessoas atingidas por catástrofes naturais dobrou em relação à década de 60³². Mesmo assim, o debate sobre o tema no chamado terceiro mundo só ocorreu pelo encontro deste com os países do primeiro mundo na conferência, cuja convocação foi realizada na Assembleia Geral da ONU.

A conferência foi palco de disputa de duas correntes. A primeira defendia as conclusões do Relatório do Clube de Roma, o qual pregava soluções que manteriam o *status quo* do desenvolvimento dos países. O relatório *The Limits to Growth*, também conhecido como Relatório Meadows, apresentado por cientistas do *Massachusetts Institute of Technology* e publicado em 1972 (Vieira, 2008) pelo clube defendia esta tese. A segunda corrente foi representada pelo documento base para a Conferência de Estocolmo denominado *Only one earth: the care and maintenance of a small planet*, que reuniu 70 especialistas do mundo

³¹ Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987, p.3

³² Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987, p.8

todo, e reforçavam as conclusões do Relatório do Clube de Roma. Consequentemente, os debates na Conferência de Estocolmo giraram em torno da questão do controle populacional e da necessidade de redução do crescimento econômico, os países divergiam na metodologia.

No Brasil, a conferência ficou a cargo Itamaraty. O caráter político requeria a centralização em um órgão apenas, a fim de que não ocorressem divergências internas na posição brasileira. A posição brasileira era a de vincular o desenvolvimento como um elemento da solução dos problemas ambientais (Lago, 2006, p. 118-120). Na Conferência o Brasil liderou 77 países (do total de 113) com acusações aos países industrializados. O Ministro do Interior, Costa Cavalcante, estendeu uma faixa com os dizeres:

Bem vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento.

Essa faixa reflete a mentalidade da época onde a idéia era crescer economicamente mesmo que às custas de grande degradação ambiental. Tese a qual ficou conhecida como “crescimento a qualquer custo”, em contraposição a idéia de “crescimento zero”, apresentada pelo clube de Roma.

As relações Brasileiras e Argentinas se entrelaçam na questão ambiental devido à disputa em torno do princípio número 20 da declaração de Estocolmo, no qual entrou em discussão a prerrogativa do Estado à jusante no curso dos rios ser informado sobre obras e atividades de impacto significativo, podendo este até embargar as obras durante o período de análise dos impactos. Uma clara referência a disputa envolvendo Brasil, Paraguai e Argentina no tocante ao caso Itaipu-Corpus. O resultado foi a adoção de um texto intermediário (Lago, 2006, p. 138).

Ao encerrar-se a Conferência, foram aprovados a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, com 26 princípios, assinado pelos países participantes e teve como um de seus principais desdobramentos a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a primeira agência ambiental global. Apesar da posição brasileira em defender que o problema ambiental é uma questão política, o tema gradualmente passou a tomar rumos científicos (Lago, 2006, pg 32, pg 47).

No início da década de 1980, a ONU retomou o debate das questões ambientais. A primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre o

Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 pela Assembléia Geral das Nações Unidas para estudar o assunto. A Comissão teria três objetivos fundamentais: examinar questões críticas de meio ambiente e desenvolvimento, formulando propostas para tratá-las; propor novas formas de cooperação internacional para essas mesmas questões, que influenciassem as políticas e acontecimentos em direção às mudanças desejadas; e elevar os níveis de compreensão e engajamento de indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos. Durante cerca de 4 anos realizou-se um estudo e ao final, foi apresentado como resultado o relatório publicado sob o nome “*Our Common Future*”, também conhecido como Relatório Brundtland.

Este relatório reafirmou uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, ressaltando os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. Foram apresentadas Incompatibilidades entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes; e a grande inovação do relatório é a proposição do conceito de desenvolvimento sustentável, que seria “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades³³”.

No mundo, a Europa e os Estados Unidos estavam, através de seus veículos de comunicação, pondo o meio-ambiente como o principal tema de suas preocupações. Destacavam, entre outros assuntos, o aumento das queimadas na Amazônia e as suas conseqüências para o clima e para a biodiversidade da região. No Brasil, em 1988, estava inaugurando-se uma nova Constituição na qual, via pressão popular e de diversas ONGs, consolidou-se um capítulo inteiro relativo à preservação ambiental (Art. 225).

No mesmo período, o Brasil teve uma deterioração da imagem externa, devido principalmente a expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia, que combinada com pressão interna, deu ao Governo Sarney, juntamente com o forte apoio do Itamaraty, a possibilidade da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente como uma maneira de qualificar sua imagem para a opinião pública estrangeira, além de mostrar para o povo brasileiro seu engajamento junto à causa ambiental.

Em dezembro de 1989 a assembléia extraordinária das Nações Unidas aprovou uma conferência sobre o meio ambiente e o desenvolvimento como fora recomendado pelo

³³ Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987, P.9

relatório Brundtland. A elaboração dos esboços do programa, e de todos os acordos dos estados-membros da ONU sobre o tema sofreram um complexo processo de revisão, consulta e negociação, culminando na Resolução 44/228, onde o oferecimento do Governo brasileiro para sediar a Conferência foi aceito.

Antes da Cúpula do Rio começar, o Brasil buscou fortalecer sua liderança regional na reunião preparatória da América Latina e do Caribe em 1991. Nela, o Presidente Collor formalizou uma posição comum dos países da região sobre o meio ambiente através da Plataforma de Tlatelolco.

A segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92 ou Eco-92, deu-se entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro. Havia sido o maior evento organizado pelas Nações Unidas até a época, uma vez que a Conferência reuniu delegações de 172 países e dos quais 108 contavam com a presença dos Chefes de Estado ou de Governo. Também foram credenciados cerca de 10.000 jornalistas e representantes de 1.400 organizações não-governamentais (Lago, 2006, p. 52).

Um novo modelo de negociação foi posto em prática ao iniciar-se a Conferência do Rio, os diplomatas tradicionais estavam horrorizados [...], já que as questões em pauta eram técnicas e exigiam que os negociadores consultassem cientistas e organizações não-governamentais. (Lago, 2006, p. 68)

O Brasil tinha interesse direto nos 5 documentos a serem assinados na conferência, uma vez que era atingido por todos os problemas tratados nas convenções. O país também liderou, na Convenção-4 sobre a Mudança do Clima, a retirada das negociações do PNUMA a fim do pô-la sob a tutela da Assembléia Geral com o objetivo de torná-la menos técnica e mais política. Foi considerado uma vitória da delegação brasileira a não classificação dos recursos biológicos como “patrimônio comum da humanidade”. O Brasil também se coordenou com os países em desenvolvimento para instituir a cooperação internacional na preservação das florestas, ao invés da tutela, como queriam os países desenvolvidos, para todos os tipos de florestas, e não somente as tropicais. Nesse mesmo acordo deu-se a perda da idéia das florestas como sumidouro de carbono (Lago, 2006, p. 163-165).

As posições do Brasil foram marcadamente a favor da soberania. Não negava seus problemas no tocante à questão ambiental, porém não aceitava imposições advindas das nações ricas. A partir desta conferência, o tema entrou na agenda de debates interna do país, elevando o nível do debate para que gradualmente fossem firmando uma posição externa.

Até a época não existia o vínculo da maneira que vemos hoje entre subdesenvolvimento e degradação do meio ambiente. Além disso, o tema era discutido de maneira substancialmente política, tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento.

Nos resultados da conferência os conflitos de interesses evidenciaram-se: o isolamento dos Estados Unidos; a Comunidade Européia em sua tentativa de integração tentando se aproximar do Sul; e o Japão mais silencioso, mas talvez com a maior ação concreta. A questão Norte-Sul também ficou bastante nítida, porém houve fragmentação interna entre os países do Sul³⁴.

Dentre os ganhos do Sul estão o reconhecimento do direito dos países de dispor do patrimônio genético e produtos naturais deles derivados que se encontre em seus territórios e a inserção da temática do desenvolvimento na questão ambiental, a garantia do respeito à soberania e a luta pela transferência de recursos financeiros e tecnologia. Entretanto o que prevaleceu foi a salvaguarda dos interesses nacionais³⁵.

No início, o Brasil temia que essa fosse uma Conferência potencialmente lesiva aos seus interesses, que o principal debate seria em torno da Amazônia, e de que a nós caberia tentar fortalecer o nosso poder de barganha através da maximização do fator Sede. Porém, reconhece-se o exercício de um papel de mediador das relações Sul-Norte, fato que fortaleceu a sua posição semi-periférica, reforçada pela capacidade de organização da Conferência.

Nesse sentido, para garantir o “sucesso” da conferência, o Brasil fez determinadas escolhas. A busca pela consensualidade garantiria a aprovação e ampla aceitação de um documento, porém sem maior valor prático. Isso resumiu a política brasileira em uma política de geometria variável, buscando consiliar o Norte ao Sul. Entretanto, se considerarmos que o Brasil provou ao mundo sua capacidade de gerenciamento de grandes eventos internacionais, e que nela foi reafirmada a opção pelo multilateralismo universal, e a consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável, os ganhos brasileiros foram além dos ganhos ambientais³⁶.

Considerando o exposto, podemos afirmar que os eventos relacionados tanto à política nuclear, quanto à política ambiental já vinham se delineando ao longo do tempo e não sofreram alterações substanciais no governo e por isso merecem análises em perspectiva

³⁴ Santos, 2003, sem paginação

³⁵ *idem*

³⁶ *Idem*

histórica, e não sob a ótica do governo que estaria gestando a questão. Por outro lado, a política de aproximação com a Argentina, apesar de advir também de uma continuidade ao longo do tempo, contou com a particularidade da convergência de visões dos mandatários no período. A tendência à aproximação foi contínua, entretanto, ambos os países mudaram seus objetivos.

Capítulo 3

A atuação de Collor no exterior: diplomacia presidencial e o Itamaraty.

A diplomacia de cúpula intensificou-se nos anos 70 e 80 resultando numa ferramenta largamente utilizadas nos anos 90, sobretudo, devido à propagação das cúpulas. Os chefes de Estado passaram a atuar freqüentemente como alavancas promocionais, tanto de suas políticas, quanto de seus países (Danese, Sérgio, 1999, p. 187). O caso do presidente Collor é paradigmático na política externa brasileira nesse sentido, pois, é exatamente esse o objetivo que permeia todas as suas viagens internacionais. Ao longo dos discursos proferidos pelo presidente nessas viagens encontramos basicamente 3 tópicos. A saber, a liberalização comercial em âmbito global, e vinculada à integração no aspecto regional; a realização da ECO-92, e conseqüentemente temas tangentes ao desenvolvimento sustentável e meio ambiente; e a pró-atividade brasileira em relação à ordem mundial pós guerra fria, incluindo aí a adesão unilateral aos regimes internacionais e divulgação desta postura nos fóruns multilaterais e nas visitas de Estado.

Iniciada ainda na campanha eleitoral com as viagens dos então candidatos pela busca de prestígio nas oportunidades para fotos ao lado de grandes nomes da política internacional, o uso da diplomacia presidencial intensificou-se ainda mais durante o governo. Já no discurso de posse Collor afirma que o Brasil moderno deve participar ativamente nas grandes decisões Internacionais, e que o que o país busca é a integração (Collor, 1990 (discurso)). Sendo o papel da diplomacia o de buscar novas formas de cooperação na economia, na ciência e tecnologia, e no diálogo político. Ao final do período em que esteve à frente do governo, o vice-presidente Itamar Franco assumiu o posto de presidente 21 vezes³⁷ por afastamento do titular para viagens ao exterior, totalizando quase 10% do período em que governou o país, o maior índice atingido até aquela época. Interessante notar que nos registros oficiais consta um afastamento do presidente para uma visita à Assunção, no Paraguai, no dia 4 de junho de 1990, porém a retórica oficial aponta a Argentina como o primeiro país visitado pelo chefe de Estado brasileiro, um mês após a visita ao Paraguai.

³⁷ Informação disponível na página de Collor no site da presidência da república. (planalto)

Na visita à Argentina foi emitido um comunicado conjunto reafirmando o desejo de integração e destacando a realização de medidas como a criação da comissão parlamentar, a construção de uma ponte entre São Borja e São Tomé, a elaboração de um estatuto que permite a criação de empresas binacionais. Enfim, a demonstração de interesse que uma visita presidencial leva consigo (Danese, 1999 P. 186-187) foi largamente utilizada no relacionamento com a Argentina, a fim de criar medidas práticas para acelerar o processo de integração. Também foi lembrada a importância da cooperação e troca de tecnologias relativas aos programas nucleares e espaciais, o combate ao tráfico internacional e a preservação do meio ambiente.

Pode se afirmar que o governo seguiu o parágrafo único do 4º artigo da constituição brasileira de 1988, o qual dá a diretriz principal da política externa brasileira para com a América latina: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”³⁸. A América Latina foi o principal palco de atuação da política externa brasileira no período se considerar o grande número de visitas, acordos e tratados assinados. Essa afirmação foi constantemente repetida nos discursos do presidente, bem como no dos chanceleres. O desdobramento mais importante destes discursos na prática foi o aprofundamento e a consolidação do processo de integração do Cone-Sul, tenha sido ele reativo às propostas de integração dos Estados Unidos, ou tenha sido um “laboratório de testes” das políticas liberalizantes do Brasil e Argentina³⁹. Considerando-se o contexto já apresentado no outro capítulo, não podemos simplificar a aproximação Brasil-Argentina em uma idéia reativa, porém, não podemos ignorar que as propostas de liberalização vindas dos EUA podem ter servido de catalisador para o processo.

A síntese da política externa do governo Collor está em um trecho do seu discurso de posse, no qual ele afirma que “a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América Latina possa juntar se aos protagonistas deste momento de mudança do cenário mundial” (Collor, 1990, (discurso)). Esta frase contém todas as principais variáveis que estavam interagindo no período. A integração, a modernização da economia, a idéia de juntar-se aos protagonistas, e a identificação de um momento de mudanças.

³⁸ Constituição (1988), artigo IV, parágrafo único

³⁹ Cervo (2008, p. 77) chama esse processo de “regionalismo aberto”; e Cervo (2001) caracteriza esse processo como muito mais voltado ao neoliberalismo.

Nos Estados Unidos, o presidente esteve por duas ocasiões. Na primeira, de 17 a 21 de junho de 1991, seus discursos afirmaram que as relações com os EUA eram prioridade para o Brasil e, por isso, era necessária a solução de conflitos e tensões existentes entre os países, principalmente no âmbito comercial. Nesse sentido, a iniciativa para as Américas foi interpretada pelo governo brasileiro como uma amostra da intenção dos EUA de colaborar com o desenvolvimento latino americano, principalmente pela a sua vinculação entre dívida, comércio e crescimento econômico (Grupo do Rio, 1990). Essas afirmações têm freqüentemente levado os estudiosos de política externa brasileira a considerar a política brasileira do período submissa aos Estados Unidos, subordinando as políticas brasileiras à vontade deste. Porém, nós consideramos que o papel atribuído aos Estados Unidos pelo governo é o de “vencedor” da Guerra Fria, e é daí que advém a idéia de alinhamento com este país. Pois, é nele que o presidente acreditou que estariam disponíveis os recursos necessários para o desenvolvimento brasileiro. Longe de se caracterizar uma política autônoma, ela parece ser uma política de adesão, pela qual o Brasil vai gradualmente se vinculando ao que acreditou ser o novo regime internacional, talvez acreditando que esta nova ordem se afirmaria de forma mais rápida do que a que ocorreu na realidade. As relações com os EUA permaneceram como um aspecto central, a eleição de Collor permitiu o aumento da compreensão entre os dois países a partir da idéia de alívio das tensões. Tal fato, entretanto não ocorreu. Depois de uma rápida fase de amplos entendimentos, nos primeiros meses de 1990, as relações voltaram rapidamente a tornar-se controversas (Sennes, 2003, p. 123).

E, de fato, juntamente com aquelas afirmações sobre a prioridade da política externa, em algumas passagens dos discursos foram ressaltadas as iniciativas unilaterais brasileiras no sentido de integrar-se à economia mundial através dos princípios do consenso de Washington, porém sempre lembrando o caráter de interdependência na efetivação dos resultados, isto é, a afirmação de que os resultados não se alcançam sozinhos. As atitudes mais recentes do governo no sentido de uma “mudança da imagem externa”, como a renúncia às explosões nucleares, e as atitudes em relação à Amazônia também foram lembradas. É importante ressaltar que o presidente estava interessado em divulgar a posição brasileira de que combater o subdesenvolvimento significaria proteger o meio ambiente da degradação, e por isso, o presidente Collor recebeu o prêmio “*international environmental leadership*” pelos serviços prestados ao meio ambiente⁴⁰.

⁴⁰ Collor, 1991 (discurso) in Resenha de política externa brasileira, n.68, p.177

O conjunto dos discursos baseou-se principalmente em afirmar que o Brasil, antes mesmo do colapso da União Soviética já havia optado pela democracia e pelo livre-mercado como caminhos para o desenvolvimento, entretanto havia ainda a necessidade de combater as disparidades econômicas. A passagem que resume as intenções das ações brasileiras é o trecho em que o presidente afirma que espera uma posição privilegiada por estar colaborando por iniciativa própria: “seria irônico se o Brasil fosse penalizado em termos de prioridade por ter sempre sido um país engajado, e não um foco gerador de problemas.”⁴¹

A identificação de que a nova dependência internacional dos países em desenvolvimento daria-se pela dependência tecnológica e não mais pela indústria, levou o Brasil a negociar a criação de um grupo de trabalho sobre transferência de tecnologia sensível, conseguindo que os EUA afirmassem que exportariam ao Brasil um supercomputador. Entretanto, o acordo mais importante do período é o acordo que ficou conhecido como 4+1, ou *rose garden agreement*, um acordo negociado em bloco, pelo MERCOSUL e os EUA, fortalecendo a tratativa multilateral nas questões relativas à integração. O acordo, que se inseriu no âmbito da iniciativa para as Américas estabelecia a criação de um conselho sobre comércio e investimento, com vistas a colaborar com o processo de liberalização comercial em curso na América latina, e com a consertação política na rodada do Uruguai.

Nos mecanismos multilaterais, Collor esteve presente em julho de 1991 na Reunião de Chefes de Estado ou Governo dos Países ibero-americanos, a I Cúpula Ibero-Americana, em Guadalajara, México. O discurso do presidente Collor na ocasião buscou resgatar a identidade cultural e a formação histórica comum da América Latina, reconhecer os momentos de crise pelos quais os países têm passado, e apresentar a integração da economia mundial como uma solução permanente para os problemas enfrentados por essas economias. O discurso seguiu a mesma linha dos outros, afirmando a importância de diminuir a distância entre pobres e ricos, ressaltando a necessidade da construção de pontes de solidariedade e apresentou a dívida externa como um fator que impede que os governantes ajam para diminuir as desigualdades. Por fim, do mesmo modo como afirmou no Mercosul, afirmou que o diálogo ibero-americano não é excludente em relação à aproximação com outras partes do mundo⁴².

⁴¹ Collor, 1991 (discurso) in Resenha de Política Externa n. 68

⁴² Collor, 1991 (discurso) in Resenha de Política Externa n. 69

No período do governo Collor, o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política, conhecido como Grupo do Rio, resultado da fusão do Grupo de Contadora (México, Colômbia, Venezuela e Panamá) e do Grupo de Apoio (Argentina, Brasil, Uruguai e Peru) que se reuniam anteriormente para analisar e propor soluções para as crises na América Central, se firmou como mecanismo de consultas políticas e de contenção de processos que colocam em risco a ordem democrática (Presidência, 1992, p.83). O grupo emitiu opiniões em favor da democracia e do respeito ao direito internacional nos casos do Suriname, Nicarágua, Panamá e Haiti. Manifestou também sua preocupação com a possibilidade de a América Latina ser colocada em segundo plano devido à reintegração do leste europeu à economia de mercado e à Europa capitalista. Ademais, o grupo tornou-se foro para concertação de posições latino-americanas e caribenhas em questões regionais e internacionais⁴³.

O presidente esteve presente nas duas reuniões do grupo, a primeira em outubro de 1990 na Venezuela, e a segunda em dezembro de 1991, na Colômbia. As declarações do grupo no período estavam de acordo com as posições defendidas pelo Brasil. Sobre a dívida externa, afirmavam que era necessário prestar a devida atenção ao ônus que o serviço da dívida constitui para o desenvolvimento político, econômico e social dos países da América Latina e conseqüentemente para a manutenção da estabilidade, pois há uma inter-relação entre dívida, comércio, desenvolvimento e investimento. O grupo reconheceu a necessidade da ajuda ao desenvolvimento como complemento aos esforços dos países Latino-Americanos. A Iniciativa para as Américas, formulada pelo Presidente dos Estados Unidos, que pela primeira vez vinculava os temas da dívida, comércio e investimento, foi saudada na declaração de Caracas como um mecanismo que permitiria a negociação em bases eqüitativas, com destaque para a sincronização de posições na rodada do Uruguai. Na Rodada do Uruguai, o grupo defendeu a liberalização tanto do comércio de produtos industriais e agrícolas quanto o fim dos subsídios dos países desenvolvidos que causam distorções no comércio mundial.

No dia 22 de setembro de 1990, o presidente ausentou-se novamente com destino aos Estados Unidos. Na ocasião visitou a cidade de Chicago e a Universidade de Yale, em New Haven, mas seu compromisso principal era a participação da abertura da XLV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque e da Cúpula Mundial pela Criança⁴⁴. O discurso do presidente brasileiro destacou a perspectiva de paz aberta com o final da guerra fria, o surgimento de uma nova configuração do cenário internacional, e a vontade brasileira

⁴³ Informações obtidas na página do grupo do Rio no site do Ministério das relações exteriores.

⁴⁴ Collor, 1991 (discurso) in Resenha de Política Externa Brasileira, n.66, p.29

de atuar ativa e unilateralmente nos temas ressurgidos, tais como a garantia aos direitos humanos, a proteção ao meio ambiente, e o combate ao tráfico de drogas. O Brasil defendeu a reforma da ONU, afirmando que suas instituições estavam paradas em 1945, e não estavam aptas a representar o sistema internacional surgido no pós-Guerra Fria, principalmente o Conselho de Segurança. O protecionismo e os subsídios dos países desenvolvidos também foram criticados e sob a insígnia da liberalização comercial, foi defendido o acesso e a utilização da tecnologia como novo paradigma econômico⁴⁵. A idéia de que os países que historicamente mais contribuíram para a degradação do meio ambiente têm uma responsabilidade maior nesse âmbito também foi colocada. Sennes defende que apesar da retórica, essas críticas tem uma orientação objetiva e tópica, despida de qualquer conotação de um enfrentamento Norte-Sul (Sennes, 2003, p. 120).

Já no discurso do Presidente Fernando Collor na abertura do debate geral da XLVI Assembléia Geral da ONU, em setembro de 1991⁴⁶, o discurso adquiriu forte tom de defesa do neoliberalismo. Collor afirmou que “O ideário liberal venceu, e devemos lutar para que se imponha de forma coerente, ampla e, sobretudo, inovadora.”⁴⁷ Nesse sentido, afirma que o Brasil optou pelo “Social-Liberalismo”, que seria um liberalismo capaz de combater as desigualdades. Também apresentou a ECO-92, com a ressalva que a conferência não deve ser palco de cobranças e recriminações, e sim do surgimento de propostas maduras. Através de afirmações como a de que “Não podemos ter um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto”, demonstra a posição brasileira, que vincula o desenvolvimento e a preservação do meio ambiente, tentando não deixar o desenvolvimento perder espaço na agenda mundial. As mesmas críticas aos entraves arbitrários à transferência de tecnologia, ao desrespeito às regras de mercado na forma de políticas protecionistas mantidas pelas nações mais industrializadas e a ressalva ao problema da dívida também estavam presentes. O desarmamento, política tradicionalmente defendida pelo Brasil, adaptou-se a nova geração de armas e o presidente anunciou a adesão brasileira aos acordos de não proliferação, de renúncia de explosões nucleares, e renúncia de armamentos químicos e biológicos, com destaque para o Acordo Quadripartite de Salvaguardas entre o Brasil, a Argentina, a Agência Brasil-Argentina de Controle de Material Nuclear e a AIEA⁴⁸.

⁴⁵ Collor, 1991 (discurso) in Resenha de Política Externa Brasileira, n.66

⁴⁶ Collor, 1991 (discurso) in Resenha de Política Externa Brasileira, n.69, p.139

⁴⁷ Collor, 1991 (discurso) in Resenha de Política Externa Brasileira, n.69, p.140

⁴⁸ Collor, 1991 (discurso) in Resenha de Política Externa Brasileira, n.69, p.139-146

O discurso na cerimônia de assinatura do Tratado para a Constituição do Mercado Comum do Sul, em março de 1991, contém basicamente os mesmos tópicos dos discursos proferidos diante dos outros países da América Latina, ou seja, o destaque para o passado comum, para o marco que será a integração e a importância desta para o desenvolvimento dos países e sua inserção internacional madura. O tratado assinado na ocasião previa a formação de um Mercado Comum até 31 de dezembro de 1994, com livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos e uma Tarifa Externa Comum, além da adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros e a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais. O tratado continha ainda, com base nos princípios de equidade, o reconhecimento do Uruguai e do Paraguai como Estados em condições diferentes, dando a estes mais tempo para adaptar suas economias à nova configuração⁴⁹.

No segundo encontro do Conselho Mercado Comum, em junho de 1992, o presidente destacou o bom andamento do processo de integração e a repercussão internacional positiva da integração, demonstrada nos tratados assinados com a Comunidade Econômica Européia e na aproximação com o Japão; e que o comércio intrabloco atingira a cifra de 5 milhões de Dólares em 1991⁵⁰. Na primeira reunião do Conselho, os Ministros da Justiça, Educação e Trabalho discutiram seus respectivos temas. Na segunda reunião, Collor sugeriu considerar os temas vinculados ao meio ambiente e à ciência e tecnologia, além de sugerir a adoção da decisão recomendada pela comissão parlamentar, a qual define o regime democrático e o cumprimento dos acordos de direitos humanos nos respectivos territórios como condição para a permanência no bloco⁵¹.

Em relação à Europa, o presidente brasileiro esteve em diversos países. Na Itália, Portugal, Espanha, Suécia, Noruega, República Tcheca e Eslováquia. Durante sua visita à Pistoia, na Itália, em uma cerimônia em homenagem aos mortos brasileiros na Segunda Guerra, o bispo local não compareceu à cerimônia em “solidariedade à Igreja Católica e aos Índios Brasileiros pela salvação da Amazônia” em retaliação a supostas declarações do governo brasileiro que equiparariam organizações preservacionistas e missionários a narcotraficantes⁵².

A visita presidencial à Suécia inseriu-se no âmbito da política externa para o meio ambiente. No dia 5 de junho de 1991, dia mundial do meio ambiente, Collor fez um discurso

⁴⁹ Collor, 1991 (discurso) in Resenha de Política Exterior Brasileira n 68, p. 31-33; Tratado de Assunção. In Resenha de Política Exterior Brasileira n 68, p.33-45

⁵⁰ Collor, 1992 (discurso) in Resenha de Política Externa Brasileira, n.70, p.163-165

⁵¹ Collor, 1991 (discurso) in Resenha de Política Externa Brasileira, n.69, p.217-222

⁵² Nota à imprensa in Resenha de Política Exterior Brasileira n 68, p. 73

no qual identificava a continuidade da reunião de Estocolmo em 1972 na reunião do Rio de Janeiro a ser realizada em 1992. As relações comerciais e industriais Sueco-Brasileiras foram tratadas em discurso na presença do presidente da Federação das Indústrias Suecas⁵³. A convite da primeira ministra Gro Harlem Brundtland, Collor realizou a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro à Noruega para tratar de temas pertinentes às mudanças climáticas e à organização da ECO-92⁵⁴.

Diante da guerra do golfo, iniciada em agosto de 1990, o governo brasileiro condenou a intervenção militar iraquiana no Kuwait, em defesa dos princípios do direito internacional defendidos no artigo quarto da constituição e à ONU. O Brasil não reconheceu a anexação deste pelo Iraque, afirmando que não havia autoridade legítima naquele país; suspendeu temporariamente as atividades diplomáticas e providenciou a retirada dos brasileiros que lá estavam⁵⁵. O Brasil estava envolvido em projetos militares e de infra-estrutura no Iraque, cooperação realizada em troca de fornecimento de petróleo (Preza, 2002, p.118). O governo brasileiro também entendeu que não havia situação de crise humanitária por falta de gêneros alimentícios ou remédios no país e por isso aderiu ao bloqueio econômico deliberado pelas Nações Unidas ao Iraque. Dois meses depois do início da guerra, chegaram os primeiros brasileiros retirados do Iraque, e no dia 8 de outubro completou-se a retirada, permanecendo apenas os diplomatas e funcionários da missão especial.

Collor participou em Tóquio, no Japão, da entronização do imperador Akihito. Durante essa visita, o Brasil condecorou o vice-presidente da Nippon Steel com a ordem do Rio Branco. A empresa foi responsável pela transferência de tecnologia à CSN, Usiminas e Açominas e também é considerada responsável pela viabilização do projeto de Carajás, com a compra de mais de 10 milhões de toneladas anuais de minério. Com o Japão também foram acertados 4 contratos de financiamentos no valor de 470 milhões de Dólares. O governo assinou um tratado de cooperação com a Coreia, e também realizou esforços para aproximar-se de China e Índia. O presidente chinês e o primeiro ministro da Malásia realizaram visitas pioneiras ao Brasil, marcando a intenção destes países em aproximarem-se do Brasil (Brasil/Presidente, 1991, 1992).

No que diz respeito às relações com o continente africano, Collor realizou visitas aos Chefes de Estado da Angola, Zimbábue, Moçambique e Namíbia, e o chanceler foi à Cabo

⁵³ Collor, 1991 (discurso) in Resenha de Política Externa Brasileira, n.68, p.153-160

⁵⁴ Collor, 1991 (discurso) in Resenha de Política Externa Brasileira, n.68, p.161-163

⁵⁵ Itamaraty, nota à imprensa in Resenha de política exterior brasileira n 66, p 98-99

Verde. As relações com a África no período pautaram-se pelas negociações para o desmantelamento do *apartheid*, pela criação da Zona de Paz Cooperação, e pela aproximação com os países de língua portuguesa. O continente certamente não foi foco da política externa do período, e ficou longe de ser considerado prioritário. À parte destes temas específicos, as relações não se desenvolveram o quanto “poderiam”, visto que hoje considera-se a África um continente “estratégico”. Entretanto, costuma-se também imputar a culpa pela redução da interação do Brasil com os países africanos, aos próprios países, visto que o período foi de grande instabilidade econômica e política (Becard, 2009), Estados em guerra civil como Angola e Moçambique assinaram acordos de Paz no período, outros regimes marxistas também caíram como na Etiópia. A própria África do Sul anunciou o fim do Apartheid em 1991.

O desmantelamento da União Soviética e a nova configuração do sistema internacional transferiram as disputas por zonas de influência na África por políticas de reintegração do leste europeu, reduzindo a capacidade de barganha do continente e significando uma perda de importância econômica. A Guerra do Golfo, por sua vez, reforçara esta tendência. O resultado foi a *marginalização* da África no sistema internacional (Visentini, 2010, p.155, 215, 221). O que quer dizer que o Brasil realmente não inovou e nem buscou áreas abandonadas pela política externa das grandes potências, porém, reduzir a importância da África na agenda de política externa brasileira era a tendência natural do contexto da época.

O primeiro ministro de Relações Exteriores brasileiro durante a maior parte do governo Collor foi o Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Francisco Rezek, cargo o qual renunciou para assumir a chancelaria. Rezek ficou no cargo de março de 1990 a abril de 1992, ele foi o terceiro chanceler consecutivo fora da carreira diplomática. Durante sua gestão como chanceler visitou o Japão, México, Espanha, Suécia, Noruega, EUA, Tchecoslováquia, Angola, Moçambique, Zimbábue, e Namíbia acompanhando o presidente, e em missão oficial esteve em Cabo Verde, Irã, Egito e Coreia. Ele também chefiou a Delegação do Brasil, no México, onde foi aprovada a “Plataforma de Tlatelolco” (Castro, F., 2009, p. 110).

Nos debates havidos no ECOSOC, ressaltou o ecumenismo dos tempos pós guerra-fria, destacando a importância da integração econômica do leste europeu ao resto do mundo, porém sem esquecer da ajuda necessária ao desenvolvimento dos países que há mais tempo estão vinculados ao mercado mundial. Também participou da 2ª Reunião de Paz e Coordenação do Atlântico Sul, realizada na Nigéria (Castro, F., 2009, P.109-111).

No tempo em que Rezek dirigiu o MRE foram firmados o Acordo Brasil-Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear e o Compromisso de Mendoza pelo qual o Brasil, a Argentina e o Chile rejeitam o Uso das Armas Químicas e Biológicas. Na mesma época o Exército Brasileiro, em missão da ONU, teve participação na UNAVEM II (Angola), ONUSAL (El Salvador) e ONUCA (América Central). O chanceler brasileiro também visitou o Teerã, onde assinou acordo para o aumento da importação de petróleo (Castro, F., 2010, p. 110).

Sob sua gestão, surgiram novas unidades básicas administrativas no Itamaraty, divididas sob critérios temáticos, o que representou um dos indicativos de mudança de metodologia para a implementação da política externa do Brasil com inclusão de novos assuntos antes considerados secundários, tais como os ambientais e os de integração regional⁵⁶.

No seu discurso de transmissão do cargo para o ministro Lafer, ele afirma que na sua gestão reivindicou-se do exterior a mesma liberalização que era pregada internamente. A visão de política externa do chanceler era bem alinhada com a visão do presidente Collor, defendendo principalmente os tópicos referentes à liberalização comercial e à integração regional, que na prática tem sido interpretado como uma adesão unilateral e sem que se exija em troca concessões da outra parte. Segundo o relatório anual do Itamaraty,

Nas relações com países industrializados, a política externa brasileira adotou como diretriz a disposição de exercitar a vocação para o diálogo e a negociação, com base no reconhecimento das divergências e no desejo de solucioná-las de modo objetivo e livre de ressentimento (Brasil/Presidente, 1991, p.45)

Uma evidência da “marginalização” do órgão tradicionalmente responsável pela política externa brasileira, o Itamaraty, no período está na mensagem presidencial de 1993, que inicia a parte que cabe ao Ministério das Relações Exteriores afirmando que o Itamaraty realizou em 1992, a despeito de severas restrições orçamentárias, ações diplomáticas de grande envergadura em áreas como meio ambiente, comércio internacional, não-proliferação de armamentos nucleares, direitos humanos e integração regional (Brasil/Presidente, 1993, p. 57).

⁵⁶ Decreto n.º 99.578, de 10 de outubro de 1990, P.125

O ano de 1992 foi marcado por dois períodos distintos: O primeiro com um forte componente de instabilidade política, no qual a condução da política econômica encontrava-se estreitamente ligada à proposta de estabilização e modernização da economia; e um segundo momento onde, ainda na interinidade, estabeleceu-se como prioridade de governo a estabilização econômica articulada com a retomada do crescimento, em bases mais justas e politicamente mais democráticas (Brasil/Presidente, 1993; Castro, F., 2009).

Com a decisão do governo de 29 de setembro de 1992, no sentido de autorizar o processo de julgamento do Presidente da República e o seu conseqüente afastamento do cargo, coube ao vice-presidente o exercício da presidência da república (outubro a dezembro de 1992).

O segundo Ministro a assumir a pasta durante o governo em questão foi Celso Lafer. Logo que assumiu a direção do MRE declarou como prioritário o êxito da Conferência Rio-92 e, para tal fim, solicitou a colaboração de outros embaixadores. Na sua gestão, teve de lidar com problemas, entre outros, a aplicação das sanções à Líbia, determinadas pela ONU, a repercussão na América Latina do golpe de Fujimori, fechando o Congresso peruano, e a questão dos dentistas brasileiros exercerem sua profissão em Portugal (Castro, F., 2009).

Foi ele quem discursou em nome do país na abertura da 47.^a Assembléia-Geral da ONU, em 21 de setembro de 1992, quando as acusações já haviam atingido a pessoa do presidente e a crise política interna brasileira já estava rumando ao desfecho. Na oportunidade, defendeu um desarmamento geral, uma nova ordem econômica mundial mais justa, o respeito aos direitos humanos, o império da lei e a democratização das relações internacionais. A política externa no período seguiu os rumos que já estavam encaminhados, pois novas iniciativas eram praticamente inviáveis devido à situação interna. Entretanto celebraram-se numerosos Tratados e convenções, destacando-se entre eles a assinatura da Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) (Castro, F., 2009, p.141-142).

O Presidente Fernando Collor de Mello governou o Brasil de 15 de março de 1990 a 2 de outubro de 1992, data em que foi afastado do cargo temporariamente, em razão de um processo de *impeachment* iniciado na Câmara dos Deputados. O presidente renunciou ao cargo em 29 de dezembro pouco antes de ser condenado pelo Senado por crime de responsabilidade. Teve seus direitos políticos cassados por 8 anos. O Vice-Presidente Itamar

Franco assumiu o cargo de Presidente da República e governou o País até 1º de janeiro de 1995.

Sistematicamente podemos identificar os princípios listados à baixo nos discursos e na atuação brasileira. Essa série de elementos é apresentada por Cervo, e são os tópicos que conduzem a nossa argumentação em favor de uma continuidade da atuação externa, a pesar da adesão ao liberalismo⁵⁷:

a) Autodeterminação, Não intervenção e Solução pacífica de controvérsias

Durante o período em estudo, a guerra do Iraque contra o Kuwait e a posterior intervenção norte americana marcam a prevalência deste princípio. O Brasil posicionou-se contra a invasão ao Kuwait e defendeu a intervenção somente através da ONU e a retirada imediata após o cumprimento da missão. As posições que o país compartilhou no grupo do Rio também são exemplares nesse sentido.

b) Juridicismo

Como Cervo ressalta, este item reforça o anterior. O princípio *pacta sunt servanda* é tomado como fundamental e o país segue com o cumprimento dos seus tratados.

c) Multilateralismo normativo

A conferência do Rio em 1992 marca uma tentativa de normatização multilateral de um novo tema na agenda internacional. A rodada do Uruguai também ilustra a atuação multilateral do Brasil, no entanto as negociações multilaterais mais importantes da época foram o acordo quadripartite entre o Brasil, Argentina, a ABACC e a AIEA e o *Rose Garden Agreement*, entre os países do MERCOSUL e os Estados Unidos.

d) Ação externa cooperativa e não confrontacionista

⁵⁷ Lafer (2001) também advoga que o Brasil apresenta um alto grau de continuidade na atuação externa pelo que ele chama de interesse nacional; Princípios enumerados por Cervo (2008, p.26-31)

Os discursos de Collor deixam claro a existência deste tópico quando ressalta a necessidade resolver os atritos com os Estados Unidos e também quando deixa subentendido que o Brasil deve ser recompensado por seu “bom comportamento”.

e) Parcerias estratégicas

Como bem ressalta Cervo, muitos países são ditos “de parceria estratégica” nos discursos com fins de enaltecer as relações, porém, no período, as que compreendem este critério são as relações com a América latina, principalmente com os países do cone-sul, pois é ali que são estruturadas relações de longo prazo.

f) Realismo e Pragmatismo

Nesse ponto temos o que os autores desenvolvimentistas chamam de “equivoco” do governo. Esse tópico significou a habilidade que o Brasil quase sempre dispôs de atuar em meio às brechas e divisões do sistema. Porém, a queda da união soviética levou o pragmatismo brasileiro a interpretar que o sistema tornar-se-ia unipolar, e por isso deveria alinhar-se à nova hegemonia. Por ser considerado um equívoco, isto é frequentemente associado aos desejos pessoais do presidente.

g) Cordialidade oficial no trato com vizinhos

Durante o período, o Brasil manteve relações cordiais com todos os seus vizinhos, assinou diversos protocolos, tratados e acordos quadro com perspectiva de cooperação técnica e comercial, além de sempre destacar nos discursos a terceiros as boas relações que o país vinha mantendo com estes.

h) Desenvolvimento como vetor

Nesse tópico, divergimos em parte com o critério apresentado por Cervo, pois o autor confunde desenvolvimento (no sentido de desenvolvimento econômico) com desenvolvimentismo (aquele modelo vigente na política externa brasileira

entre 1930 e 1989, segundo o próprio). Consideramos aqui que o governo Collor buscou sim formas de atrair capitais externos e recursos do exterior.

i) Independência de inserção internacional

Significa inserir-se de modo pró-ativo, e não reativo no contexto internacional, interpretada pelo governo Collor como a adesão aos regimes internacionais, a idéia da autonomia pela participação.

Diante das continuidades apresentadas pelo próprio Cervo, e identificadas por nós no período do governo Collor de Mello, consideramos equivocado defender uma alteração significativa no paradigma vigente nas relações internacionais. Sendo o paradigma composto de duas principais vertentes, a econômica e a diplomática, para que ocorra uma troca, é necessário que se altere a relação entre os elementos, e não que ocorra a mudança interna em apenas em um dos componentes. O método diplomático teve um grau significativo de continuidade, enquanto que a inserção econômica adotou padrões liberais. Isso é a alteração na matriz que Sennes (2003) percebeu. E é por essa razão que Cervo tem dificuldade de confirmar sua teoria argumentando em favor de uma dança de paradigmas (Cervo, 2002, p. 455-161), porque o papel que o Estado Normal desempenha em relação a diplomacia, continua sendo o mesmo que o Estado Interventor desempenhou.

Conclusão

O período estudado no presente trabalho é marcado pela complexa articulação de variáveis em mudança e pela falta de informações precisas para que os atores possam tomar decisões corretas. Porém lembramos que o processo de tomada de decisão no Brasil é longo, e exige a participação de várias pessoas. Uma lei, como a que reduziu os impostos de importação, ou até mesmo a lei que aprovou o confisco não poderia ser aprovada por apenas um pessoa. Nesse processo foi necessária a participação do Senado e da Câmara dos Deputados. Todos eleitos pelo voto popular. O mesmo vale para a política externa. Apesar da maior participação da figura do chefe de Estado, este dita as linhas gerais, mas não aprova e nem põe em vigor sem a apreciação do Congresso os tratados assinados.

Durante o trabalho, procuramos demonstrar que a política externa no governo Collor foi coerente no que diz respeito à estratégia adotada, a liberalização comercial. As medidas do governo convergiram para esse ideal. O principal método adotado pela política externa foi a de participação nos diversos fóruns internacionais, com destaque para a busca de uma posição de visibilidade nos fóruns latino americanos. O Brasil procurou envolver-se e com a expectativa de que a *autonomia pela participação* (Pinheiro, 2007) lhe trouxesse reconhecimento internacional.

O tema meio ambiente teve um tratamento diferenciado, pois ainda não era uma política madura no início dos anos 90, exemplo disso foi que apenas nessa época que se deu a alteração na estrutura do Itamaraty de modo a comportar este novo tema da agenda global, criando uma secretaria especializada no assunto. O Brasil amadureceu sua posição ao longo do tempo, indo de uma posição em favor da industrialização incondicional nos anos 70 para uma visão de preservação e desenvolvimento sustentável nos anos 90, atuando ativamente para que este tema se vinculasse ao desenvolvimento econômico, aproveitando a oportunidade de mostrar-se ao mundo como um país responsável e engajado na causa. A ECO 92 foi o evento mais importante na política externa brasileira no período, em primeiro lugar porque mostrou que o Brasil era capaz de ser também um país sede para grandes eventos

internacionais, mas também por que marcou o reconhecimento do protagonismo brasileiro nesse tema.

Essa mesma construção de longo prazo se deu na aproximação com a Argentina. A evolução das relações entre os dois países é naturalmente um processo de aproximação. Nesse sentido, o governo Collor aproveitou esta oportunidade para catalisar o processo de integração, no âmbito da sua inserção global. Estas políticas não devem ser analisadas no período como políticas menos importantes e por isso delegadas ao Itamaraty, é necessário que se entenda o contexto histórico de amadurecimento no qual se inserem. Quando tenta-se visualizar essas política nos anos do presidente Collor, tende-se a encontrar uma oscilação de um período de submissão e abertura, a um ensaio de autonomia. Porém, os eventos que justificam a autonomia foram gestados ao longo dos anos anteriores, e o discurso não se alterou tão substancialmente a ponto de podermos garantir uma mudança de rota na política externa. O que de fato há é a redução na participação pessoal do presidente pela crise política interna, mas os programas aprofundados por ele já haviam sido criados antes e tiveram continuidade após, em graus variados.

A América latina foi prioridade para o governo. Isso é evidenciado a cada discurso e no grande número de acordos assinados no período. Além dos acordos e da aproximação realizada com esses países, a criação e aceleração do MERCOSUL, a consolidação do Grupo do Rio, e a criação da Zona de Cooperação e Paz do Atlântico Sul, a conclusão de Itaipú, os tratos para a criação do gasoduto Bolívia Brasil representaram também a aproximação e a coordenação das posições políticas e físicas. Este foi o principal palco de atuação da política externa brasileira.

O Brasil incluiu nos seus discursos os desejos de reforma das instituições do sistema ONU e do regime de não proliferação, os quais mantinham um *status quo* defasado. O debate na ONU é o mesmo que já vinha sendo conduzido há anos, a reforma do Conselho de Segurança. Já a respeito do TNP, o debate era sobre o controle do uso da energia nuclear para fins pacíficos, como sempre lembra o Brasil, que, na plataforma de Tlateloco aprovou explosões pacíficas para esse fim.

A responsabilidade pelo não surgimento de um novo modelo de política externa para o Brasil nos primeiros anos da década de 1990 não pode ser imputada ao governo Collor, pois a “falta de rumos” era uma tendência mundial. O modelo anteriormente vigente no Brasil iniciou-se com uma ascensão não democrática ao governo, firmou-se com uma ditadura e

passou por idas e vindas nos períodos democráticos e nos governos militares. Em uma perspectiva de longo prazo foi possível agrupar todo o largo período de Vargas a Sarney sob a mesma ótica, a desenvolvimentista. Após a crise deste modelo, a nostalgia e a resistência à mudança prevaleceram, como era de se esperar em um país conservador como o Brasil, onde as mudanças sempre ocorreram de forma lenta⁵⁸. Autores como Amado Cervo clamam pela “racionalidade do processo histórico” para justificar a necessidade do Estado Logístico⁵⁹, porém, após completar o processo de industrialização, o próximo passo é a integração desta plataforma industrial com o resto do mundo. A forma como este processo foi proposto no início dos anos 90 pode até ser considerado um “*overshooting*” desta etapa, mas a economia não poderia permanecer fechada por muito mais tempo pois não há sentido em proteger *ad infinitum* indústrias obsoletas.

Em um exercício histórico, podemos imaginar como seria o Brasil hoje se o Estado continuasse protegendo as indústrias já defasadas em relação aos países do primeiro mundo, sob o argumento da indústria nascente e das indústrias infantis. Quando estas estariam aptas a terem alcance global, seria certamente depois do momento em que a nova geração de indústrias dos países em estágio mais avançado já estivessem em uma posição privilegiada, e o ciclo ocorreria outra vez, justificando que as indústrias tecnológicas brasileiras ainda não estão prontas para concorrer com as dos países desenvolvidos⁶⁰. Esta abertura, com vistas à competição internacional é que foi criticada, não pelo objetivo, e sim pelo método. Ela foi considerada demasiado rápida e sem contrapartidas, entretanto, O país não dispunha dos recursos necessários para realizar os investimentos que necessitava. Em uma economia instável e com um regime político que também não podia se afirmar o quão estável era, devido ao passado de ditaduras, é consenso que os recursos deveriam vir de fora, pois as empresas estatais não estavam em condições de investir na economia brasileira.

Para conseguir os recursos que não dispúnhamos para o nosso desenvolvimento, era preciso buscá-los nos países desenvolvidos. Que uma contrapartida seria necessária, todos concordam. Uns defendem que esta contrapartida fosse dada *a posteriori*, barganhando concessões e interesses, e outros eram partidários dos métodos utilizados, nos esquecemos com frequência que foi este o objetivo buscado através da adesão brasileira aos regimes internacionais, e não a adesão como um fim por si mesmo.

⁵⁸ Cervo, 2002, p. 460; Cervo (2008 p.35-36) enumera diversas mudanças de ideologias, governos e regimes no governo brasileiro sem que tenha-se alterado de forma significativa a atuação externa do país.

⁵⁹ *Idem*, p.52-53

⁶⁰ Semelhante ao raciocínio dos teóricos da dependência, apresentado por Cervo, 2008, p.19

Uma possibilidade de compreensão das atitudes e do modo como o período do governo Collor se insere na história da política externa brasileira, pode ser considerando-a como um período de transição entre o modelo desenvolvimentista e o modelo que atualmente vem se desenhando. Ao contrário da década em que o presidente Menem governou a Argentina, onde as políticas foram mais coerentes e abrangentes, de modo a configurar um modelo, no Brasil não passou de tendência e discurso. De fato, as idéias neoliberais foram defendidas nos anos do Governo Collor, mas o processo de implementação foi interrompido. Nesse período, não se pode afirmar sem uma série de ressalvas que o governo foi neoliberal na política externa.

As análises da época tendem a subordinar todos os aspectos aos escândalos de corrupção do governo, e as análises mais atuais frequentemente incorrem no erro de ver o mundo do início dos anos noventa com os olhos de hoje. Não custa lembrar que na época o Brasil era um país endividado, com hiperinflação e recém saído de uma ditadura militar. Tínhamos não só a mentalidade de país subdesenvolvido, mas também o modo de agir. As opções da época eram o Collor construído para agradar a todos – e acabou não agradando ninguém – ou o Lula da esquerda que pregava medidas que não eram vistas com bons olhos pelo resto do mundo.

Referências bibliográficas:

ABACC., <[HTTP://www.abacc.org](http://www.abacc.org)>

ARGENTINA. *Lei n 23928 de 28 de março de 1991*. Disponível em: <<http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=328>>

ARCHONTOLOGY.ORG. *A guide for study of historical offices: Biography of Collor de Mello*. Disponível em: <http://www.archontology.org/nations/braz/braz_rep3/color_de_melo.php>

BATISTA, Paulo Nogueira. A Política Externa de Collor: Modernização ou retrocesso? In *Política Externa*, vol 1, n. 4 março 1993, p. 106-135.

BECARD, Danielly S. R. *Relações exteriores do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL/MRE. *A inserção internacional do Brasil: a gestão do Ministro Celso Lafer no Itamaraty*. Brasília, MRE, 1993

_____/MRE. *Resenha De Política Exterior Do Brasil*. n. 25, abr; mai; jun de 1980. p. 21-58. Brasília: FUNAG ISSN 0101 2428

_____/MRE. *Resenha De Política Exterior Do Brasil*. n. 64, jan. fev. 01 a 15 de março de 1990 ano 16. Brasília: FUNAG ISSN 0101 2428

_____/MRE. *Resenha De Política Exterior Do Brasil*. n. 65, 15 a 31 de marco, abril, maio e junho de 1990 ano 16. Brasília: FUNAG ISSN 0101 2428

_____/MRE. *Resenha De Política Exterior Do Brasil*. n. 66, julho, agosto e setembro de 1990, ano 16. Brasília: FUNAG ISSN 0101 2428

_____/MRE. *Resenha De Política Exterior Do Brasil*. n. 67, outubro, novembro, dezembro de 1990 ano 16. Brasília: FUNAG. ISSN 0101 2428

_____/MRE. *Resenha De Política Exterior Do Brasil*. n. 68, 1º semestre de 1991 ano 17, Brasília: FUNAG, ISSN 0101 2428

_____/MRE. *Resenha De Política Exterior Do Brasil*. n. 69, 2º semestre de 1991 ano 17, Brasília: FUNAG, ISSN 0101 2428

_____/MRE. *Resenha De Política Exterior Do Brasil*. n. 70, 1º semestre de 1992 ano 17, Brasília: FUNAG, ISSN 0101 2428

_____/Presidente (1991 – Fernando Collor de Mello), *Mensagem ao congresso nacional*. Brasília, Presidência, 1991

_____/Presidente (1992 – Fernando Collor de Mello), *Mensagem ao congresso nacional*. Brasília, Presidência, 1992

_____/Presidente (1993 – Itamar Franco), *Mensagem ao congresso nacional*. Brasília, Presidência, 1993

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos., Plano Collor II., *Folha de São Paulo*, São Paulo, 05 de fevereiro de 1991. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1066>>

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. In *Nova economia*. vol.16 n.1 Belo Horizonte Jan./Apr. 2006 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512006000100003&lng=&nrm=iso&tlng=#_ednref20>

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808 – 2008)*. v. 2. Brasília: FUNAG, 2009.

CASTRO, Lavínia B. de., Privatização, Abertura e Desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994) in GIAMBIAGI et ali. (org.) *Economia Brasileira Contemporânea*. Ed. Campus, 2005

CENTER FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. *Washington Consensus*. Harvard University, 2003. Disponível em: <<http://www.cid.harvard.edu/cidtrade/issues/washington.html>>

CERVO, Amado L. & BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. 2ed. Brasília: UnB, 2002, p. 455-489.

CERVO, Amado L. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

COLLOR, Fernando. *Discurso de posse*. 1990, disponível em: <[HTTP://www.collor.com](http://www.collor.com)>

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Relatório Brundtland*. 1987. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>

CISNERO, Andrés; ESCUDÉ, Carlos. *Historia General de las Relaciones Exteriores de La República Argentina (1806-1989)*. 2000, Tomo XIV, c. 69. Disponível em: <<http://www.argentina-rree.com/14/14-081.htm>>

DANESE, Sérgio. *Diplomacia Presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. Cap. 5

FERRER, Aldo. Argentina y Brasil: Ajuste, Crecimiento y Integracion. In *Revista Brasileira de Política Internacional*. A.33, n131-132, 1990/2 p. 5-22

FURTADO, C., *Formação Econômica do Brasil*, 11ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971

GRUPO DO RIO. *Documento Final da IV reunião de chefes de Estado e de Governo do Grupo do Rio*. VIII reunião ordinária de chanceleres. Venezuela, Caracas, 1990. Disponível em: < <http://www2.mre.gov.br/daa/grio90.htm>>

HILTON, Stanley. Brasil e Argentina: da Rivalidade à entente. in *Revista Brasileira de Política Internacional*. 1993, v36,n2 p.54 -66

HIRIST, M. & PINHEIRO, L. “A política externa do Brasil em dois tempos”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1995

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1994.

LAGO, André Aranha Corrêa do, *Estocolmo, Rio e Joanesburgo – Brasil e as Três Conferências Ambientais das Nações Unidas*. Brasília, 2006.

LAFER, Celso. “A política externa brasileira no governo Collor”. in *Política Externa*, 1(4), Março 1993. p. 95-105.

LAFER, Celso. 2001. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: Passado, presente e futuro*. São Paulo : Perspectiva.

MELLO, F.C. “Política externa brasileira e os blocos internacionais”. São Paulo em *perspectiva*, 16(1), 2002, p. 37

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano: Declaração de Estocolmo*. Estocolmo. Junho, 1972. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>

NASCIMENTO, Rangel. *A Política Externa do Governo Collor: liberalização comercial e financeira*. Disponível em: < http://www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/_Arquivos/Jan_Jul_04/PDF/Artigo_Rangel.pdf>

PASSOS, Juliana et ali. Relações Internacionais Brasil Argentina Durante o Governo Militar e o Acordo Itaipú-Corpus. In *Revista do Historiador*. n.1 ano 1, dez 2008. Disponível em: <WWW.revistahistoriador.zzn.com>

PECEQUILO, Cristina. *As relações Bilaterais Brasil-Estados Unidos (1989-2008)*. Em: Nueva Sociedad. Out. 2008 disponível em: www.nuso.org

PREZA, Cláudio Lopes Jr. *Uma política externa órfã: a crise do desenvolvimento e os reflexos na política externa brasileira no Governo Collor (1990-1992)*. 2002. Dissertação (mestrado) Porto Alegre, BR-RS, 2002. Ori.: Visentini, Paulo Gilberto Fagundes.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. *Política externa brasileira*. 1889 – 2002. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

PLANALTO. *Fernando Collor*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/infger_07/presidentes/fernando_collor.htm>

REIS da SILVA, André L., *Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)*. (tese doutorado) Ori. Paulo Fagundes Visentini, Porto Alegre, 2008

SANTANA, C.R. “Política externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula”. *Carta Internacional*, Nov./2006.

SANTOS, Sinval N., Meio Ambiente e política exterior brasileira: repercussões na revista política externa. In *Revista Bibliográfica De Geografía Y Ciencias Sociales*. Vol. VIII, nº 466, 10 de octubre de 2003

SAURIN & PEREIRA. *Programa Nacional de Desestatização: aspectos relevantes da política de privatização*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, 3. Ed. Ver. Amp.. ISBN 85-7348-264-8

SENNES, Ricardo. *As Mudanças da Política Externa brasileira nos anos 80: uma potência média recém industrializada*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

VEIGA, Pedro *et ali*. As Políticas Industrial e de Comércio Exterior no Brasil: Rumos e Indefinições. In *Texto Para discussão n 527*. Rio de Janeiro, 1997.

VIEIRA, Susana C., *Desenvolvimento sustentável: a evolução do conceito*. (Artigo) 2008. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/11961/desenvolvimento-sustentavel>>

VIGEVANI, Tullo. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. In *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro. Vol. 29, n.2, julho/dezembro de 2007. P. 273-355.

VISENTINI, Paulo F. *Relações internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____, Paulo F., *A África na Política Internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial*. Curitiba : Jurá, 2010. 271 p.

Websites consultados:

Portal de História, Relações Internacionais e Estudos Judaicos

[Http://www.argentina-rree.com/](http://www.argentina-rree.com/)

ABACC

<http://www.abacc.org/>

Center for International Development

<http://www.cid.harvard.edu/>

Center For Research Libraries

<http://www.crl.edu/brazil>

Site pessoal de Fernando Collor

<http://www.collor.com/>

Fundação Alexandre de Gusmão

<http://www.funag.gov.br/>

Legislação Argentina

<http://www.infoleg.gov.ar/>

MERCOSUL

<http://www.mercosur.int/>

Ministério das Relações Exteriores

<http://www.mre.gov.br/>

Mundorama

<http://www.mundorama.net/>

Legislação Brasileira

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/

Site da Presidência

<http://www.presidencia.gov.br/>

Revista Brasileira de Política Internacional

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-7329&lng=pt

Grupo do Rio no MRE

<http://www2.mre.gov.br/daa/grio.htm>